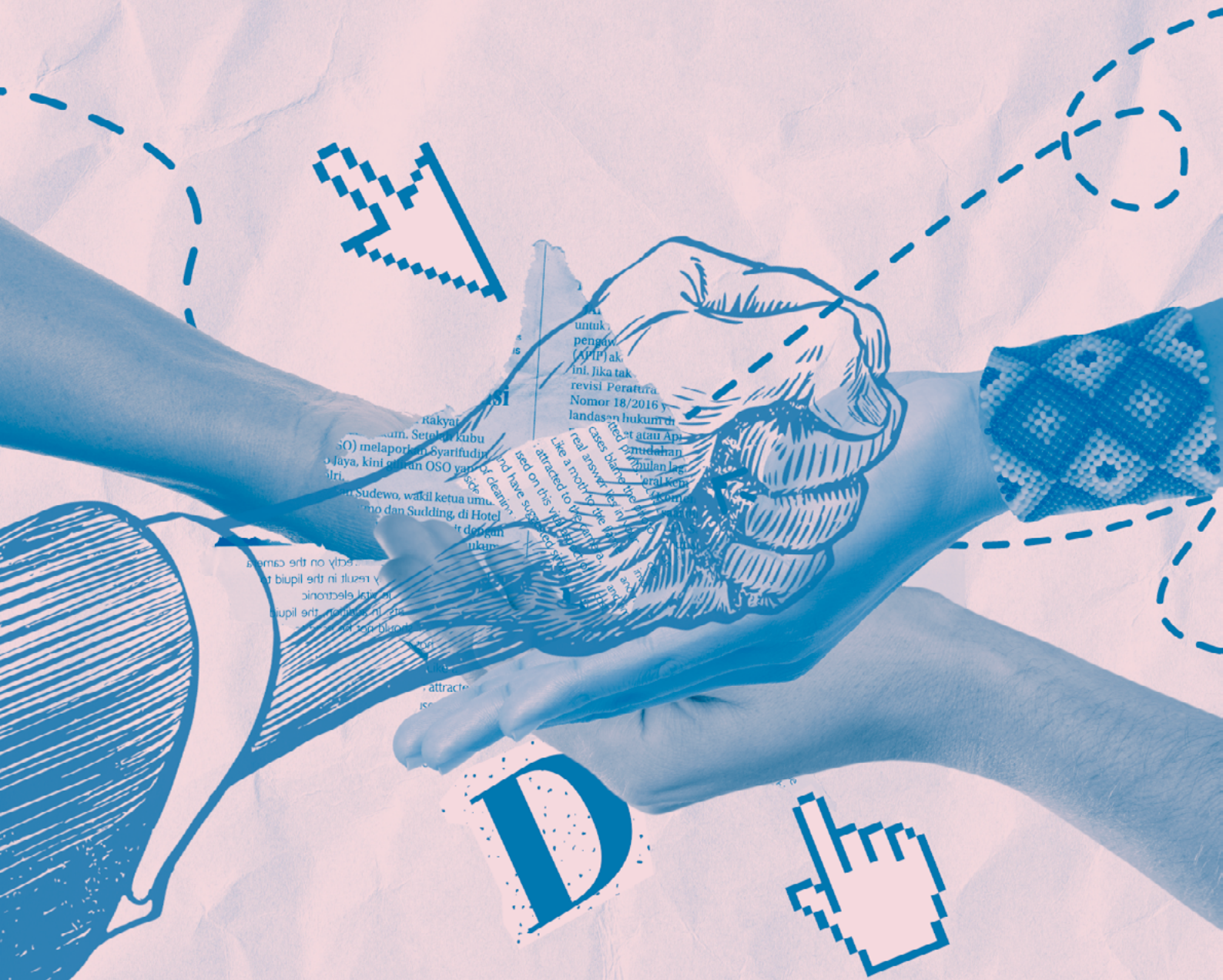


INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



RESISTÊNCIA AO AUTORITARISMO:

Lições aprendidas da
sociedade civil brasileira

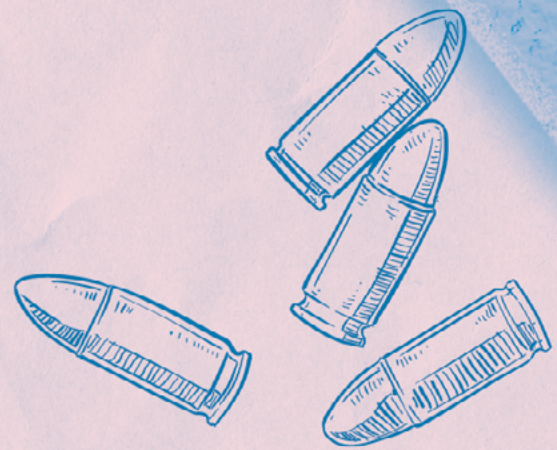
Sumário

1. Introdução	4
2. Definições e contexto político	7
3. Restrição ao engajamento e à participação cívica	10
O contexto	10
A atuação da sociedade civil	11
Resultados	14
O impacto sobre as organizações	15
4. Liberdade de expressão e silenciamento de vozes críticas	17
O contexto	17
A atuação da sociedade civil	19
Resultados	20
O Impacto sobre as organizações	21
5. Controle de armas e munições	23
O contexto	23
A atuação da sociedade civil	24
Resultados	26
O impacto sobre as organizações	27
6. A integridade das eleições	29
O contexto	29
A atuação da sociedade civil	30
Resultados	32
O impacto sobre as organizações	32
7. Considerações finais	34
Notas de fim	36

PROGRESS



1. INTRO-DUÇÃO



1. Introdução

Cresce no mundo um movimento autoritário. Figuras populistas chegam ao poder e gradualmente desmontam a estrutura democrática que as conduziu até lá. Elas implementam mudanças dentro do próprio aparato do Estado, visando centralizar o poder e perpetuar sua permanência no cargo. Apesar de não haver preferência ideológica – autoritários tanto de esquerda quanto de direita recorrem aos mesmos expedientes – o crescimento da extrema direita tem gerado impactos significativos em todo o mundo.

No Brasil, não foi diferente. O governo liderado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito em 28 de outubro de 2018 para um mandato de quatro anos, ficou marcado pela tentativa de concentração de poder, silenciamento de vozes e ideias contrárias ao governo, cooptação de órgãos de aplicação da lei, enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos que sustenta a democracia, desmonte de políticas públicas e tentativa de manutenção do poder, seja ao semear descrédito no sistema eleitoral, seja ao tentar construir condições para o surgimento de milícias independentes.

Nesse contexto, a existência de uma sociedade civil forte e resiliente foi essencial para confrontar este movimento autoritário. O período entre 2019 e 2022 foi extremamente desafiador, porém, graças a essa resiliência, a erosão democrática não foi maior. A derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 e as investigações em curso desde então associando-o a uma tentativa de golpe¹ têm revelado o tamanho do risco e a gravidade dos planos para a consolidação de um estado autoritário.

Considerando o cenário global e as ameaças ainda latentes no Brasil, este estudo tem como objetivo registrar a atuação da sociedade civil, em especial as principais estratégias para defender a democracia e combater a corrosão democrática. Para descrever esse processo, selecionamos quatro casos emblemáticos e analisamos como a sociedade civil brasileira se mobilizou para enfrentar e resistir a essas ameaças.

1. A restrição da participação e engajamento cívico, com o fim dos conselhos de participação social, a falta de transparência por parte do governo, o monitoramento e vigilantismo focado em organizações não governamentais, particularmente aquelas voltadas à preservação do meio ambiente.
2. O ataque à liberdade de expressão, com foco na atuação da mídia e na criminalização de vozes dissidentes.
3. A flexibilização do controle de armas e munições, e a possibilidade de formação de uma milícia armada para a eventual necessidade de defender Bolsonaro no poder.
4. A tentativa de romper com a integridade das instituições democráticas e do processo eleitoral.

Este documento foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica abrangente, análise da cobertura midiática e 18 entrevistas em profundidade com atores-chave, especialmente representantes de instituições reconhecidamente atuantes nos temas de interesse do estudo, como sociedade civil, financiadores e governo.

A análise dos dados e informações foi feita utilizando um instrumento de análise qualitativa, com foco na identificação das táticas e estratégias adotadas nesse contexto político desafiador. Além disso, foram considerados o impacto na atuação e/ou teoria de mudança dos atores consultados em decorrência do processo de corrosão democrática e ações de preparação para o futuro.

Este relatório está dividido em seis partes. Na primeira, apresentamos as definições utilizadas para o desenvolvimento deste estudo, bem como o contexto político examinado. Nas quatro partes seguintes, analisamos os casos selecionados, destacando as principais estratégias utilizadas e os resultados alcançados. A sexta e última parte, dedicada às considerações finais, apresenta pontos de atenção essenciais para a manutenção, fortalecimento e promoção contínua de um espaço cívico robusto e de uma democracia sólida no Brasil.



2.

DEFINIÇÕES E CONTEXTO POLÍTICO

2. Definições e contexto político

Neste estudo, o autoritarismo de Bolsonaro é visto como um processo gradual de desconstrução da democracia liberal,² onde não ocorre ruptura radical das estruturas vigentes, mas uma erosão ou subversão interna das instituições democráticas.³ Assim, as práticas autocratas do ex-presidente transcendem o autoritarismo clássico, que se caracteriza pelo exercício da força bruta e violência direta.

O autoritarismo neoliberal abrange estratégias sutis que visam isolar políticas e práticas institucionais de confrontos com dissidentes e opositores sociais e políticos, aproveitando-se de instrumentos legais para legitimar tais ações.⁴ Como consequência, observou-se um aumento no protagonismo dos membros do sistema de justiça frente às iniciativas do poder Executivo e seus aliados no Legislativo.⁵

Contribuíram também para a intensificação de um movimento anti-direitos o aumento da polarização social e política, o declínio da confiança nas instituições democráticas e a perseguição de organizações sociais e ativistas pelos direitos humanos, assim como um crescente rechaço à expansão da agenda de direitos.

As credenciais antidemocráticas de Bolsonaro eram conhecidas bem antes de sua eleição. Ele descreveu a data do golpe militar de 1964 no Brasil como "a segunda data da independência",⁶ exaltou torturadores⁷ e ameaçou restabelecer o AI-5⁸ – um instrumento da ditadura que, entre muitas outras restrições, fechou o Congresso e suspendeu o *habeas corpus*.⁹

Bolsonaro também recorreu a discursos de ódio, manifestando abertamente misoginia e discriminação contra mulheres e outros grupos minorizados, e se orgulhava de insultar publicamente seus oponentes. O chamado "gabinete do ódio", uma estrutura não oficial liderada por um de seus filhos,¹⁰ foi responsável por orquestrar ataques digitais, difamação, assédio e intimidação contra diversos grupos de oposição. Desta forma, fica evidente a intencionalidade das ações do governo em promover a concentração de poder sob uma perspectiva de estado única, criando um ambiente hostil a vozes dissidentes. Por essa razão, argumentamos que as ações de Bolsonaro parecem ter saído de um manual ou playbook de autoritarismo, padrão também observado em outros países:

1. Restringir o espaço cívico e a liberdade de imprensa, governando predominantemente por decreto.
2. Avançar com a opacidade administrativa, classificando documentos anteriormente acessíveis como sigilosos e enfraquecendo a Lei de Acesso à Informação, com impacto direto na disponibilidade de dados abertos e transparência.
3. Promover a censura ao restringir a liberdade acadêmica e a execução de projetos artísticos e culturais, além de assediar servidores públicos.
4. Intensificar a vigilância estatal, utilizando-se de intimidação e chantagem.
5. Interferir politicamente em órgãos judiciais e de aplicação da lei, visando interromper investigações contra familiares e aliados.
6. Usar o aparato de segurança pública e da justiça criminal para perseguição política.

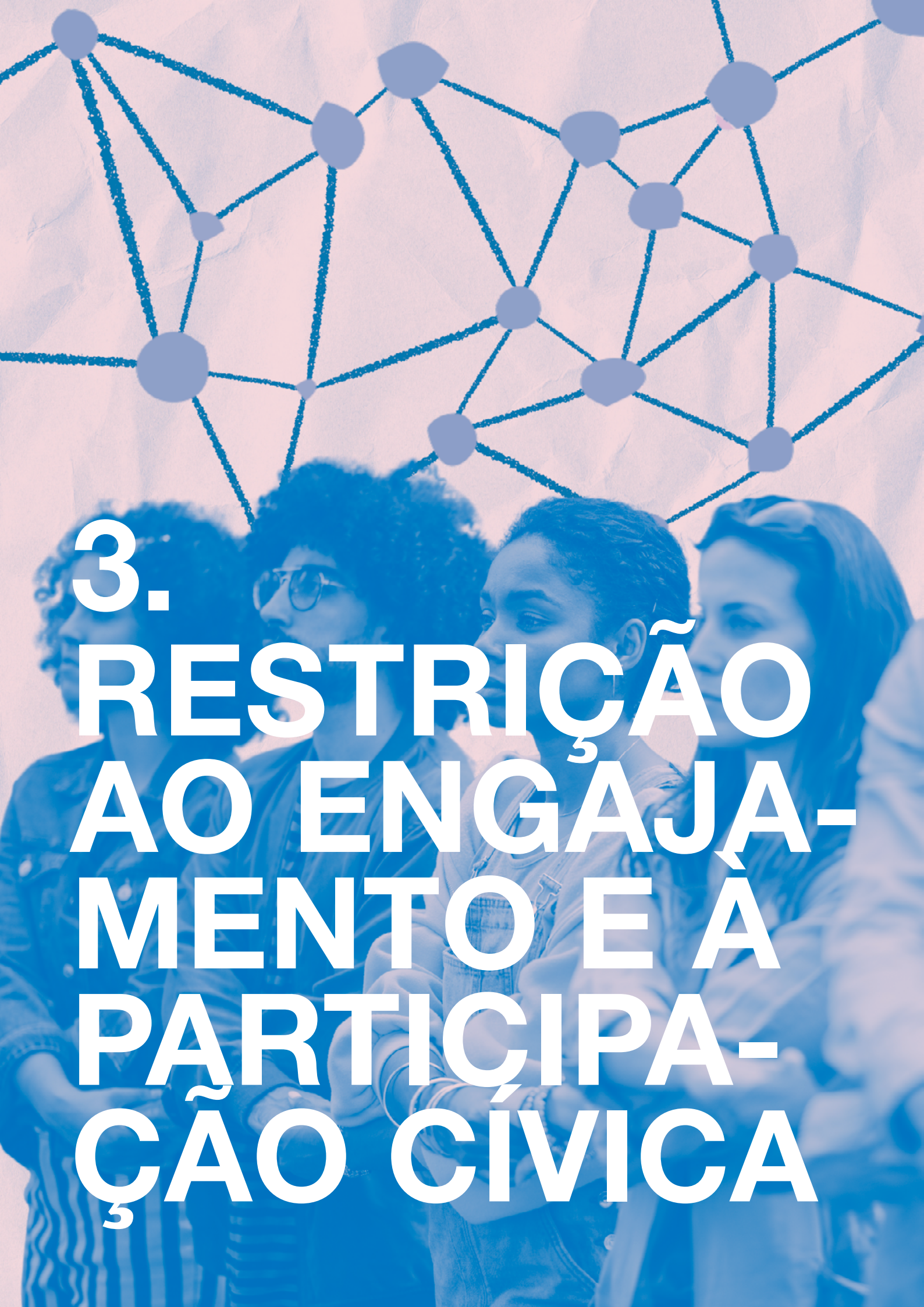
7. Politizar a polícia e o exército, com mais de 6.000 militares ocupando cargos civis no poder executivo federal durante o mandato, um número superior ao total registrado nos 20 anos da ditadura militar.
8. Orquestrar processos contra jornalistas e influenciadores por meio de grupos de apoio do governo.
9. Enfraquecer instituições-chave por meio da subversão de seus mandatos, incluindo os Ministérios da Educação, do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, dos Direitos Humanos, além das secretarias para pessoas negras e indígenas.

O resultado foi um intenso processo de erosão democrática e desequilíbrio de poder, acompanhado do fechamento do espaço cívico e da redução das oportunidades de participação e influência política. Entendemos o espaço cívico como a camada entre o Estado e a sociedade em que indivíduos, organizações e outros entes atuam para influenciar as estruturas do Estado e políticas públicas.¹¹ Desta forma, um espaço cívico ativo e aberto é fundamental para uma democracia representativa forte, em especial em um país em que grupos historicamente marginalizados enfrentam enormes desafios de representação e participação política.¹² Esse contexto forçou as organizações da sociedade civil a se adaptarem e se reinventarem para enfrentar as constantes ameaças.

Para analisar as principais estratégias então utilizadas, o Instituto Igarapé criou uma tipologia¹³ e passou a monitorar diariamente os ataques ao espaço cívico e, conseqüentemente, à democracia brasileira. No período de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, o Instituto Igarapé monitorou 3.088 ataques ao espaço cívico no Brasil. Ao longo dos dois anos analisados, as principais táticas observadas incluíram a disseminação de notícias falsas e campanhas de desinformação, com 1.154 episódios, representando 37% dos casos monitorados. Táticas de intimidação e assédio contra críticos e opositores foram registradas em 578 casos, correspondendo a 19% do total, seguidas pelo abuso de poder, que foi documentado em 412 casos, ou 13%.

As estratégias de manipulação e concentração de poder, atuando em sinergia, comprometeram os valores democráticos e as liberdades individuais, fundamentais para uma sociedade justa e equitativa.

Para esta publicação, selecionamos quatro casos emblemáticos do governo Bolsonaro que ilustram táticas comumente empregadas por governos autoritários ao redor do mundo. O objetivo é destacar as estratégias de resistência adotadas pela sociedade civil brasileira. Foi a força dessa sociedade civil que impediu que a corrosão democrática se agravasse ou pior, se tornasse permanente.



3. RESTRIÇÃO AO ENGAJAMENTO E À PARTICIPAÇÃO CÍVICA

3. Restrição ao engajamento e à participação cívica

O contexto

Desde o início do governo Bolsonaro, uma de suas principais características foi o fechamento dos canais de diálogo oficiais com a sociedade civil e a tentativa de desacreditar vozes dissidentes e críticas ao governo. Neste estudo de caso, destacamos as ações que visaram enfraquecer a proteção do meio ambiente, promovendo uma narrativa contrária à participação da sociedade civil e negligenciando a transparência e a prestação de contas.

Entre as primeiras ações do governo, destaca-se o esforço para aumentar a supervisão e o controle sobre as organizações da sociedade civil,¹⁴ restringindo consultas e dissolvendo conselhos participativos.¹⁵ Nos 100 primeiros dias de governo, o ministro da Casa Civil de Bolsonaro declarou que a redução do número de conselhos participativos de 700 para menos de 50 refletia a necessidade de reduzir a “visão ideológica das gestões anteriores” nesses espaços.¹⁶ A dissolução desses conselhos foi anunciada em um evento com a presença de ministros, autoridades do legislativo, judiciário e militares, e transmitida ao vivo pela TV Brasil, ressaltando a medida como um marco de sucesso simbólico.

As populações indígenas e os grupos ambientais, incluindo organismos governamentais dedicados a estas questões, foram particularmente prejudicados. Por exemplo, houve mudanças na composição de comissões responsáveis pela participação de populações indígenas e grupos de defesa ambiental. Além disso, cortes significativos no orçamento da Funai¹⁷ comprometeram o controle do desmatamento, os canais de denúncia e a proteção dos territórios e povos indígenas.¹⁸ É importante também destacar as

campanhas de perseguição contra ativistas¹⁹ e servidores públicos que não estavam alinhados com as diretrizes do presidente.

Em maio de 2019, um decreto reduziu e alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), principal órgão consultivo do Ministério do Meio Ambiente responsável por definir critérios para o licenciamento ambiental e normas de controle e manutenção da qualidade do meio ambiente.²⁰ Em fevereiro de 2020, outro decreto excluiu a participação de representantes indígenas e de outras organizações da sociedade civil da Comissão Nacional de Biodiversidade²¹ e do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA),²² favorecendo uma visão empresarial e militar. Em abril de 2020, durante reunião interministerial gravada, o ministro do Meio Ambiente propôs aproveitar a distração causada pela pandemia de Covid-19 para “passar a boiada”²³ e mudar regulamentações de proteção ambiental, revelando claramente a visão da administração Bolsonaro em relação à proteção do meio ambiente.

Para controlar informações e monitorar o pensamento crítico, o governo limitou o acesso à informação pública, inclusive nomeando militares para cargos-chave e ampliando sua influência executiva.²⁴ Além disso, editou uma medida provisória restringindo e enfraquecendo a Lei de Acesso à Informação do país, de modo a ampliar a classificação de sigilo dos registros oficiais.²⁵ E, ainda sob o argumento da pandemia,²⁶ prolongou os prazos para responder os pedidos de informação oficial. Ao mesmo tempo, civis que criticaram e expuseram dados se tornaram alvo de ações jurídicas encabeçadas por Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)²⁷ e pelo próprio Procurador Geral da República (PGR).²⁸ Destaca-se também a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra ONGs,²⁹ que terminou investigando seis organizações e culminou no pedido de indiciamento do presidente do ICMBio.³⁰

Essa CPI, que serviu como meio para desacreditar as organizações na sociedade civil na Amazônia, foi encerrada em dezembro de 2023. Ela refletiu a visão frequentemente disseminada durante o governo de Bolsonaro, segundo a qual o terceiro setor teria interesses econômicos³¹ na região.

A narrativa contrária à atuação da sociedade civil em temas ambientais foi marcada por ações que prejudicaram a já frágil estrutura de proteção ambiental no Brasil. Como exemplo, citamos o conjunto de medidas legislativas conhecido como “Pacote da Destruição”,³² um termo cunhado pela sociedade civil. Este pacote, mesmo após o término do mandato de Bolsonaro, continua gerando preocupações. Composto por mais de 14 projetos de lei, ele ameaça diretamente ecossistemas, populações das florestas e o clima, promovendo retrocessos em questões como a posse de terras, direitos de comunidades tradicionais, grilagem, regulação de agrotóxicos, licenciamento ambiental, mineração e construção de hidrelétricas em terras indígenas. Com o apoio de Bolsonaro, seus ministros e aliados no legislativo, o pacote defendia atividades econômicas altamente destrutivas para o meio ambiente, favorecendo grandes empreendimentos prejudiciais ao meio ambiente.

Paralelamente, a retomada da tese do Marco Temporal no legislativo também causou preocupação, impactando os direitos dos povos originários e o meio ambiente. Suspensa em 2022³³ e considerada inconstitucional pelo STF em 2023,³⁴ graças ao ativismo da sociedade civil, a tese do Marco Temporal estabelece que os povos indígenas só teriam direito à demarcação de terras se estivessem na posse delas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição brasileira vigente. Apesar de não ter sido criada durante o governo Bolsonaro, a tese foi impulsionada por ele, que declarou explicitamente sua posição favorável e rejeição a qualquer decisão judicial contrária.³⁵ O debate sobre o Marco Temporal continuou no governo seguinte, com o Congresso aprovando leis contrárias à decisão de inconstitucionalidade do STF.³⁶

A atuação da sociedade civil

Entre as organizações dedicadas a questões ambientais, a dificuldade de diálogo e a constante sensação de insegurança, especialmente entre as organizações da Amazônia, foi relatada como algo familiar. Como destacou um dos entrevistados, “*Não estamos em Brasília ou São Paulo discutindo sobre a Amazônia, garimpeiros, madeireiros, grileiros*”.³⁷ Parece que as organizações dedicadas a questões ambientais na Amazônia já estão acostumadas a enfrentar desafios e situações difíceis – algumas descreveram esse período como estar em “combate” e nas “trincheiras”, onde “*todos os dias acontecia alguma nova bizarrice*”.³⁸ O contexto regional da Amazônia contribuiu para isso, já que a região é marcada por um vazio institucional, tornando mais fácil a convivência com atores ilegais e o uso de táticas questionáveis, até mesmo colocando em risco a segurança das pessoas na linha de frente. Essa realidade já existia antes mesmo da ascensão de um governo com características autoritárias.

As organizações consultadas ressaltaram que uma das principais dificuldades enfrentadas foi a interrupção dos canais de comunicação com as instâncias governamentais, o que impossibilitou o diálogo construtivo em prol de políticas públicas inclusivas e baseadas em evidências. Nesse contexto, algumas organizações observaram a necessidade de adotar abordagens diferentes, deixando de focar na influência direta sobre pessoas com posições-chave no Executivo e agindo por meio do Legislativo, litigância ou até mesmo de protestos e manifestações, entre outras formas de atuação. Foi destacado, inclusive, um sentimento de insegurança em relação à própria integridade física.

O objetivo comum das organizações atuantes no setor ambiental foi recuperar a legitimidade de sua causa, seja por meio da produção científica, da opinião pública ou da visibilidade internacional, com o intuito de exercer pressão sobre os governantes. Embora tenha sido observada uma grande variação, a maioria das estratégias adotadas neste estudo de caso são bottom-up, ou seja, de baixo para cima, e refletem o contexto histórico e social dos movimentos sociais no campo da proteção do meio ambiente.

Entre as principais estratégias utilizadas por essas organizações destacam-se:

Litígio climático

O litígio climático abrange um conjunto de ações judiciais movidas tanto por indivíduos quanto por grupos organizados, com o objetivo de promover discussões e responsabilizar por danos ambientais decorrentes ou intensificados pelas mudanças climáticas, bem como os possíveis danos causados por fenômenos naturais agravados por essas alterações ambientais.

Essa estratégia foi utilizada por organizações da sociedade civil para barrar ou questionar projetos de lei que ameaçavam o meio ambiente; responsabilizar agentes econômicos e promover a participação ativa da sociedade civil nessas questões, entre outros objetivos. Houve, por exemplo, a judicialização de programas públicos de proteção que deixaram de funcionar durante o governo Bolsonaro, além da ativação do STF em resposta à aprovação ou tramitação de projetos de lei, como o “Pacote da destruição” e a tese do Marco temporal.

Além desses litígios, destaca-se o processo de responsabilização do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) pela necessidade de discutir um plano de redução de emissões de gases de efeito estufa para orientar os investimentos da instituição, em conformidade com as metas estabelecidas pelo Acordo de

Paris e pela Política Nacional sobre Mudanças do Clima.³⁹ Também vale citar a ação contra a “pedalada climática”, visando penalizar o governo por contornar suas responsabilidades no Acordo de Paris e tentar aumentar suas emissões de gases de efeito estufa em 400 milhões de toneladas até 2030.⁴⁰

Advocacy internacional

A atividade de advocacy internacional envolve uma série de ações coordenadas por um indivíduo ou grupo com o objetivo de influenciar políticas e ações no nível global. Nesse contexto, as ações de advocacy foram utilizadas para influenciar governos e organismos internacionais e exercer pressão sobre o governo brasileiro, além de divulgar iniciativas que estivessem em desacordo com compromissos anteriormente assumidos, e assim trazer riscos reputacionais ao país.

Os grupos consultados mencionaram alguns exemplos que consideram bem sucedidos. Um deles é o uso da Conferência das Partes (COP) como plataforma internacional para dar voz a grupos marginalizados e expor as ações do governo Bolsonaro que resultaram na depredação ambiental. Além disso, essas organizações também realizaram denúncias em diversos fóruns e influenciaram políticas públicas em todo o mundo, como ao dialogar com o Parlamento europeu e o Grupo dos Verdes⁴¹ sobre as negociações em curso entre eles e o governo brasileiro.⁴² Em 2022, como exemplo das violações cometidas no país, o Parlamento Europeu chegou a discutir uma resolução⁴³ que condenava o presidente Jair Bolsonaro por sua política ambiental e de direitos humanos. A pauta da resolução incluía as mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips,⁴⁴ um indigenista e um jornalista atuantes na luta contra crimes ambientais na região amazônica.

Um exemplo concreto foi o processo de negociação para a entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Uma das organizações consultadas relatou que enviou

cartas de denúncias e exigiu aprimoramentos no processo de avaliação dos países, incluindo critérios de direitos humanos e preservação do meio ambiente. Como resultado, a OCDE incorporou critérios específicos conforme os apontamentos das organizações, além de solicitar esclarecimentos sobre as violações mencionadas.

Articulação com outras organizações da sociedade civil

A articulação com outras organizações da sociedade civil envolveu uma crescente colaboração e mobilização conjunta entre organizações que adotam estratégias de atuação bastante diversas. Essa abordagem foi mencionada em todas as entrevistas realizadas, incluindo a aproximação com movimentos de base, comunitários e identitários, como as organizações indígenas, que conferiam maior legitimidade aos pleitos. Vários grupos de trabalho foram criados com o objetivo de promover ações conjuntas, participativas, focadas e altamente articuladas. O ambiente proporcionado pelo Pacto pela Democracia foi citado como fundamental para favorecer algumas dessas ações.

Articulação com artistas e influenciadores para aumentar a visibilidade do tema

A articulação com artistas e influenciadores teve como objetivo influenciar a opinião pública e fortalecer a visibilidade, tornando-se uma forma de influenciar políticas públicas. Isso envolveu a participação de celebridades em campanhas de conscientização e denúncia. Como exemplos, destaca-se a parceria entre coletivos indígenas e artistas que passaram a usar suas plataformas para divulgar casos de violência e danos ao meio ambiente. Além disso, foram realizadas intervenções artísticas em espaços urbanos para denunciar incêndios e exposições internacionais para colocar em foco questões de preservação ambiental urgentes.⁴⁵

Manifestações públicas e marchas

Além da presença virtual, realizar manifestações públicas é uma forma eficaz de chamar atenção e denunciar questões relevantes. Esse tipo de movimentação, especialmente envolvendo povos tradicionais em Brasília, como na discussão do Marco Temporal e durante o Acampamento Terra Livre,⁴⁶ já é recorrente. No entanto, essa estratégia foi potencializada com a articulação entre organizações de diferentes áreas de atuação e com forte presença internacional, como ocorreu no Ato pela Terra contra o Pacote da Destruição,⁴⁷ em Brasília, em 9 de março de 2019. Nessa mobilização, mais de 50 artistas foram ao STF e ao Congresso, levando a pauta às ruas e gerando uma aliança entre centenas de organizações para fortalecer redes e manter viva a discussão do tema.

Produção de dados científicos e registros históricos

Com a disseminação intensa de fake news, a produção de informações confiáveis, com base em evidências científicas e provenientes de fontes seguras foi apontada como uma estratégia fundamental. Essas informações não apenas serviram para embasar outras estratégias, como advocacy internacional, comunicação estratégica e advocacy no legislativo, mas também foram fundamentais para combater a propagação de desinformação. Surgiram diversas plataformas de visualização, publicações, relatórios técnicos, pareceres analíticos, entre outros recursos que destacaram a importância de dados precisos e confiáveis. Em especial, a produção de dados sobre o efeito estufa alertou que o Brasil estava desrespeitando as metas estabelecidas na Política Nacional sobre Mudança do Clima e no Acordo de Paris, alimentando diversas discussões nacionais e internacionais sobre o tema.⁴⁸

Fortalecimento da comunicação estratégica

O uso da comunicação de forma estratégica foi empregado para diversos propósitos, desde a visibilização de determinados assuntos até a garantia de legitimidade e voz a atores relevantes que tradicionalmente eram silenciados. Isso permitiu que esses atores se apropriassem das narrativas que os envolviam.

Três pontos foram destacados nessa estratégia:

1. Potencializar a comunicação com os povos originários, inclusive por meio de línguas indígenas e outros meios como o rádio, foi um exemplo bem-sucedido da divulgação de informações durante a pandemia de Covid-19. Além de esclarecer questões relacionadas à saúde, essa comunicação fortaleceu a capacitação sobre direitos e possibilitou ações conjuntas e articulações para influenciar o poder público, bem como para combater desinformações e manipulações em territórios remotos.
2. A parceria com a mídia tradicional nacional e internacional trouxe visibilidade para a intensificação de crimes ambientais na Amazônia.
3. As táticas de fortalecimento da comunicação digital e interlocução com stakeholders-chave foram cruciais para as organizações. Elas aprenderam a ajustar o tom de sua comunicação para se relacionar, inclusive com políticos aliados ao governo, sem necessariamente adotar uma postura combativa que pudesse fechar eventuais espaços de diálogo.

Ocupação da política institucional

Historicamente sub-representadas e excluídas de ambientes de decisão, as populações marginalizadas adotaram uma estratégia de concorrer e assumir cargos políticos. A formação da bancada do Cocar,⁴⁹ que elegeu a maior quantidade de indígenas para uma mesma legislatura da Câmara de Deputados na história, e a eleição de mulheres negras foram exemplos desse movimento mais sistemático, que visa ocupar espaços e possibilitar contrapontos institucionais.

Resultados

Apesar dos inúmeros esforços por parte do governo para desacreditar, invisibilizar e censurar grupos atuantes em prol dos direitos humanos e da preservação ambiental, e diante do avanço de medidas prejudiciais ao meio ambiente, as organizações da sociedade civil consultadas consideraram que suas ações foram relativamente bem-sucedidas. Mesmo com a dificuldade de participação cívica, essas organizações se reorganizaram e, embora não tenham conseguido influenciar políticas públicas diretamente, conseguiram frear algumas políticas prejudiciais, como o “Pacote da Destruição” e o Marco Temporal.

Em primeiro lugar, essas organizações influenciaram positivamente as negociações internacionais do Brasil, vinculando esses processos a critérios de proteção do meio ambiente e respeito aos direitos humanos. Em segundo lugar, apesar das contínuas campanhas de desinformação, elas assumiram o controle da narrativa sobre o papel da sociedade civil e a legitimidade de grupos tradicionalmente marginalizados, especialmente por meio de parcerias com a mídia tradicional nacional e internacional, gerando assim, um impacto positivo na opinião pública brasileira e global. Por fim, a articulação entre grupos que adotam diferentes estratégias de atuação proporcionou maior credibilidade ao movimento como um todo, potencializando suas ações.

O impacto sobre as organizações

A atuação da sociedade civil em um ambiente hostil para organizações não governamentais e para o diálogo construtivo na formulação de políticas públicas teve diversos impactos, como os mencionados a seguir.

1. Formalização de organizações da

sociedade civil: Devido ao contexto político e às demandas dos financiadores, houve um aumento na formalização de organizações da sociedade civil que antes eram movimentos informais. Elas enfrentaram o controle e a repressão por parte do governo, mas a formalização acabou sendo uma forma de garantir transparência e legitimidade às suas atividades.

2. Assédio contra organizações e situações de risco pessoal de

dirigentes: O assédio, especialmente o virtual, e a perseguição pessoal e institucional daqueles que atuam nesta área foram mencionados pelos representantes, destacando-se impactos diretos, como acusações infundadas, investigações, prisões e ataques à imagem de organizações e seus dirigentes. As ações variaram de acordo com a localização geográfica e o contexto específico de atuação, como foi o caso de organizações na Amazônia que enfrentaram hostilidade direta do governo e situações de risco pessoal.

3. Uso de ferramentas para lidar com o comprometimento da saúde

mental: A exaustão e o medo afetaram significativamente a saúde mental, agravados pelo contexto da pandemia. O cenário político desafiador resultou em derrotas diárias e dificuldades em desenvolver projetos de longo prazo, levando as organizações a adotarem medidas de apoio, como disponibilizar psicólogos, introduzir dias de folga e adotar ferramentas de comunicação para trabalho remoto, como o Slack, visando manter o equilíbrio mental sem perder a eficácia no trabalho.

4. Construção de redes entre instituições:

A formação de uma frente ampla de organizações com estratégias bastante diversas permitiu uma atuação em rede, fortalecendo e aumentando a visibilidade de movimentos sociais de base, como os indígenas. Com a atual desorganização da sociedade civil – muitos membros da sociedade civil tornaram-se integrantes da nova gestão do Governo Federal – algumas batalhas seguiram seu curso e sofreram derrotas posteriores, como o próprio “Pacote da Destruição” e o Marco Temporal.

A woman with short dark hair is shown in profile, shouting into a blue megaphone. The background is a textured, crumpled paper surface. The text is overlaid in large, white, bold, sans-serif font.

4.
LIBERDADE
DE EXPRES-
SÃO E
SILENCIA-
MENTO
DE VOZES
CRÍTICAS

4. Liberdade de expressão e silenciamento de vozes críticas

O contexto

O vigilantismo e monitoramento, aliado ao distanciamento do Estado e à impossibilidade de participação cívica, resultou no uso do aparato estatal como ferramenta para criminalizar vozes dissidentes, provocando medo, autocensura e desmobilização da crítica. Nesse cenário, a sociedade civil, jornalistas e artistas se tornaram os principais alvos. Perseguidos por suas posturas e opiniões, esses atores passaram a sofrer assédio jurídico e perseguição online, incluindo o uso de robôs, o que gerou impactos concretos, com a incidência de violência moral, psicológica e física, especialmente contra jornalistas, e também fora do ambiente virtual. O pensamento crítico se transformou em uma ameaça ao Estado, que usou seu aparato para reprimir e desacreditar esses grupos e as políticas públicas, ações e direitos que eles defendem.

Um dos primeiros casos em que se observou o uso do aparato do Estado para perseguir críticos foi o caso da ONG Saúde e Alegria, quando seus funcionários e bombeiros voluntários foram acusados de provocar incêndios em Alter do Chão, no Pará. Seus escritórios foram invadidos e quatro voluntários foram presos por quatro dias. Apesar de criticado internacionalmente por sua postura hostil à sociedade civil, Bolsonaro manteve a narrativa contra ONGs da região alegando que os incêndios eram propositais⁵⁰ e realizados com apoio de doadores internacionais, como Leonardo DiCaprio.⁵¹

Este foi o primeiro de uma série de incidentes em que o Poder Executivo coordenou ações de assédio e intimidação⁵² contra adversários políticos, veículos da imprensa, jornalistas independentes, cientistas,⁵³ artistas e ativistas. O chamado "gabinete do ódio",⁵⁴ administrado pelos próprios filhos do presidente,⁵⁵ promoveu ataques difamatórios por meio de plataformas digitais oficiais, como Facebook, Twitter, YouTube e Whatsapp, alimentando um ambiente hostil que resultou em ameaças e violência física.⁵⁶

Além das campanhas de desinformação e perseguição, o governo fez uso de informações de inteligência para mapear e monitorar pessoas desalinhadas aos posicionamentos oficiais. Por exemplo, em 2020, foi divulgado um dossiê sigiloso contra servidores federais e estaduais identificados como integrantes do "movimento antifascismo",⁵⁷ além de uma lista de "detratores"⁵⁸ produzida por uma empresa contratada pelo Ministério da Economia, contendo nomes de formadores de opinião, professores e jornalistas. Esses documentos continham dados pessoais, esclarecimentos de perfil, histórico profissional, posicionamentos, assuntos sensíveis, fotos e endereços de redes sociais a serem acompanhados.

Durante o período analisado, destacaram-se diversos ataques emblemáticos perpetrados pelo presidente e seus aliados, que recorriam a ofensas machistas e misóginas como forma de desacreditar e intimidar mulheres, especialmente jornalistas que investigavam sua família.⁵⁹ Um exemplo notório foi a remoção da nomeação de Ilona Szabó, que é presidente do Instituto Igarapé, para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, após críticas de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro⁶⁰ nas redes sociais, devido aos seus posicionamentos favoráveis ao controle de armas e sua visão sobre a política de drogas. Flávio Bolsonaro a acusou de visar sabotar o governo ao aceitar o convite.⁶¹

Este episódio reflete um padrão recorrente de ataques a mulheres, como o caso de Constança Rezende, falsamente acusada de tentar associar Flávio e Jair Bolsonaro a práticas criminosas para provocar um impeachment.⁶² Miriam Leitão foi associada à guerrilha armada durante a ditadura, tendo a descrição da sua sessão de tortura ironizada e relativizada pelo presidente⁶³ e seu filho Eduardo.⁶⁴ Ambos também foram protagonistas de uma campanha de ódio iniciada com o endosso a um falso testemunho contra Patrícia de Campos Mello, que a acusava de trocar sexo por informações jornalísticas.⁶⁵

A chegada da pandemia amplificou significativamente os ataques contra a imprensa, agravando a postura do presidente em relação aos jornalistas que cobriam os eventos em busca de informações sobre a disseminação do vírus e as estratégias de contenção adotadas pelo governo.⁶⁶

A hostilidade direta tornou-se evidente, refletida na criação de um ambiente de trabalho insalubre para os jornalistas durante a pandemia, onde o presidente aparecia sem máscara⁶⁷ e incidentes de violência eram frequentes.⁶⁸ Foi um momento agressivo e violento, especialmente quando seus seguidores se juntavam para atacar a imprensa.⁶⁹ Bolsonaro, por meio de seu discurso,⁷⁰ validava simbolicamente ações de depredação de materiais da imprensa por seus apoiadores.⁷¹

Em 2021, foram registradas 469 agressões diferentes contra jornalistas e meios de comunicação,⁷² sendo que 74,6% envolveram discursos estigmatizantes e 62,5% ocorreram em ambiente virtual. Dessas agressões, 69% envolveram autoridades estatais como agressores, sendo que 19,6% foram causadas pelo próprio presidente Bolsonaro e 59,8% por seus parentes e aliados. Destacam-se também episódios nos quais a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi utilizada contra críticos, como no caso do YouTuber Felipe Neto,⁷³ que foi intimado após chamar o presidente de “genocida” devido à sua gestão irresponsável da pandemia.

Antes de Bolsonaro, a LSN – criada durante a ditadura para reprimir a oposição ao regime militar – foi aplicada apenas uma vez desde a redemocratização. A frequência do uso dessa lei sob o governo Bolsonaro foi amplamente criticada, tanto pelo seu significado simbólico quanto pela falta de adequação dos casos, questionando-se se realmente configuravam crimes contra a honra do presidente, conforme previsto pelo Código Penal. Utilizar a LSN era uma forma do governo declarar que precisava reprimir membros da sociedade vistos como inimigos, em nome da segurança nacional.

Enquanto isso, o Congresso colocava em pauta o PL 2.630/2020, conhecido como PL das Fake News, com o objetivo de regular as plataformas digitais e aumentar a transparência dos provedores de internet no Brasil.⁷⁴ No entanto, o projeto enfrentou resistência de grupos de direita e empresas de tecnologia, que criticaram a potencial restrição à liberdade de expressão e os desafios de implementação. Como resultado, o texto do PL passou por várias alterações e a discussão foi temporariamente interrompida, cabendo à sociedade civil se opor a modificações que poderiam permitir a disseminação de notícias falsas sem consequências. A disputa incluiu debates sobre o conceito e a definição de liberdade de expressão para justificar discursos de ódio e violações de direitos humanos.

Outros aparatos do Estado também foram utilizados para a criminalização da atividade da imprensa, como o uso da Advocacia-Geral da União (AGU) para instaurar inquéritos policiais e ações contra jornalistas e cartunistas.⁷⁵ Esse tipo de abordagem tem um efeito simbólico e ameaçador, levando à autocensura por parte dos profissionais da imprensa, especialmente quando há ameaças públicas de abrir processos.⁷⁶ Isso cria um clima de medo que afeta a liberdade de expressão, gerando receio de represálias legais, e levanta preocupações sobre a independência da atuação da imprensa e a proteção dos princípios democráticos.

A atuação da sociedade civil

A despeito do legado histórico da ditadura e das sistemáticas violações de direitos ocorridas no período, em especial a supressão da liberdade de expressão e o desrespeito pela integridade física dos cidadãos e cidadãs brasileiros, tanto a sociedade civil quanto a imprensa parecem ter sido surpreendidas pelos ataques diretos do governo Bolsonaro. A Constituição Cidadã de 1988 assegurou a participação cívica e houve uma expansão considerável da sociedade civil organizada na transição democrática, inclusive, por meio de interações mais colaborativas entre organizações civis, universidades e o governo, assim como o fortalecimento da mídia independente e o aumento da transparência governamental. Entretanto, o desenvolvimento do ambiente virtual intensificou os ataques, com impacto direto no cotidiano.

Entre as principais estratégias deste caso, destacamos o litígio nacional e internacional como principal forma de defesa. Nesse contexto, a postura da sociedade civil, da imprensa e outras classes afetadas foi em grande parte reativa. A seguir, detalhamos as principais estratégias utilizadas:

Rede jurídica de apoio

Em função do assédio judicial sofrido por jornalistas, artistas e lideranças da sociedade civil críticas ao governo, o litígio foi utilizado para a defesa de pessoas acusadas injustamente. A judicialização se fez necessária sobretudo pela necessidade de defesa contra ações iniciadas pelos próprios representantes do Estado, como ministros do STF, da PGR e da AGU. Assim, o litígio foi utilizado principalmente de forma reativa, mas também como meio de garantir a liberdade de expressão e para a proteção de vozes dissidentes. Os agentes principais foram advogados e advogadas que atuaram de forma pro-bono para a defesa de casos desse tipo.

Um exemplo de litígio proativo foi a ação do Sindicato dos jornalistas de São Paulo, julgada em segunda instância, que solicitava a condenação de Bolsonaro por danos morais coletivos aos jornalistas. A ação destacou 175 ataques ocorridos somente em 2020 e argumentou que a conduta do ex-presidente incentivou ataques de seus apoiadores contra a imprensa. O sindicato pleiteava uma indenização de 50 mil reais.⁷⁷

Comunicação estratégica

A comunicação estratégica inclui a disseminação de notícias em momentos decisivos, uma tática conhecida como “guerra da comunicação”. Este termo descreve a disputa entre diferentes narrativas. Um aprendizado crucial nesse contexto foi a capacidade de discernir o momento adequado para divulgar determinados casos e a decisão de manter outros fora da esfera pública para evitar retaliações. Por exemplo, em vez de divulgar todos os casos em julgamento, algumas organizações optavam por não divulgar certos processos até que houvesse uma decisão judicial. Com muitos assuntos sendo debatidos ao mesmo tempo, essa estratégia ajudava a manter a atenção do público focada em temas específicos por mais tempo, enquanto protegia os envolvidos em casos não divulgados de perseguições e de campanhas de desinformação antes dos veredictos.

Trabalho em rede

Neste cenário de acesso restrito à informação e ataques à produção acadêmica, jornalística e artística, as organizações intensificaram a colaboração, distribuindo tarefas para evitar a sobreposição de ações e atenuar a exaustão das equipes. A atuação conjunta também ofereceu proteção, pois evitou que organizações isoladas fossem alvos únicos.

Apesar das inevitáveis disputas internas e discordâncias no campo, prevaleceu um espírito de união que exigiu a superação dessas divergências, envolvendo não somente profissionais, mas também sindicatos e associações. Como resultado, surgiram redes de defesa e articulação entre os meios de comunicação, destacando-se iniciativas como o consórcio para a divulgação de informação sobre a pandemia⁷⁸ e a checagem de fatos.⁷⁹

Produção de dados

Além da colaboração na produção de conteúdo diversificado, os profissionais também se uniram para a elaboração de evidências dos ataques, procurando ampliar a visibilidade desses casos. Assim, surgiram relatórios de monitoramento de ataques a jornalistas,⁸⁰ bem como instituições dedicadas ao combate à desinformação, ao discurso de ódio e ao extremismo, inclusive nas redes sociais.

Manuais e dicas de autoproteção para ativistas

Devido aos riscos enfrentados por ativistas, jornalistas, artistas e outros críticos da sociedade civil, foram estabelecidos protocolos de proteção legal, material, física e psicológica, tanto para o ambiente online quanto offline. Esses protocolos incluíam diretrizes de segurança e orientações sobre como lidar com situações potencialmente violentas, visando prevenir e mitigar os danos para aqueles expostos a diversas formas de hostilidade.

Denúncia internacional

As denúncias foram feitas por meio do litígio estratégico em cortes internacionais, além de advocacy internacional, visando divulgar informações sobre as perseguições enfrentadas em nível nacional. Os principais órgãos internacionais utilizados para denúncias foram a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), as Nações Unidas (ONU) e o Tribunal Penal Internacional (TPI).⁸¹ Entre os casos, destacam-se denúncias relacionadas à atuação de Bolsonaro frente à pandemia⁸² e aos ataques contra mulheres jornalistas,⁸³ com organizações da sociedade civil apresentando 54 casos de ataques por parte do governo contra esses profissionais.

Resultados

Embora a maioria das ações neste caso tenha sido reativa, elas foram consideradas bem-sucedidas em garantir apoio jurídico àqueles injustamente acusados. Isso reforçou a liberdade de expressão e o direito ao pensamento crítico, apesar das perseguições enfrentadas por aqueles que se atreveram a levantar suas vozes e sofreram com o medo e a autocensura. É importante destacar que a sociedade civil, a mídia e outros atores desempenharam um papel significativo na contenção do uso da máquina do Estado para a repressão, ao contrário de outros contextos de intensa polarização e autoritarismo.⁸⁴ Além disso, é preciso reconhecer que os espaços de disseminação de informações, como as redes sociais, tiveram um forte impacto na reputação e legitimidade da mídia tradicional como principal meio de disseminação de informações.

O Impacto sobre as organizações

Assim como no caso anterior, este também afetou fortemente os indivíduos, organizações e atores envolvidos, muitos dos quais enfrentaram vários tipos de violência. Os principais impactos incluem:

1. Autocensura e necessidade de investimento em segurança:

Muitas pessoas se sentiram inseguras e em risco, o que fez com que se retraíssem e se autocensurassem. Tanto lideranças quanto organizações da sociedade civil e da imprensa redobram suas precauções de segurança, incluindo ações no ambiente digital, resultando em custos financeiros adicionais.

2. Aproximação entre setores: Houve uma formação de alianças com atores improváveis, como grandes escritórios de advocacia, empresas e líderes de organizações e movimentos da sociedade civil. Este foi um importante efeito desse cenário, que permaneceu mesmo após o fim do governo Bolsonaro, embora com menor intensidade.

3. Perda geral da credibilidade do jornalismo:

Apesar das articulações terem impedido tragédias maiores e o jornalismo brasileiro ter sofrido retrocessos menores em comparação com países com governos semelhantes,⁸⁵ são visíveis os prejuízos e os sinais de perda de credibilidade da mídia. Nas redes sociais, o jornalismo se diversificou e desenvolveu estratégias, como as agências de checagem de fatos e o jornalismo digital. Entretanto, persiste um pensamento antimídia e de falta de confiança nas próprias instituições, incluindo o próprio jornalismo, que reflete uma percepção de relações mascaradas com o poder, levando as pessoas a buscar fontes de informação alternativas. Consequentemente, surgem fontes de desinformação que conseguem impor uma agenda em relação à comunicação e liberdade de expressão, alimentando a desconfiança. Por trás disso, há uma agenda política e econômica que se beneficia da disseminação da desinformação.⁸⁶

5. CONTROLE DE ARMAS E MUNIÇÕES



5. Controle de armas e munições

O contexto

O desmonte da política de controle de armas e munições foi uma das promessas de campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro e tornou-se uma de suas principais pautas durante seu governo. Por trás desta agenda, havia a intenção de estabelecer milícias independentes e armadas, prontas para serem acionadas em um eventual golpe.⁸⁷ Esta narrativa apareceu nas posteriores investigações sobre as minutas de golpe de Estado visando a ruptura do Estado Democrático de Direito por meio da decretação de Estado de Defesa.

Neste contexto, caso Bolsonaro viesse a perder as eleições em 2022, essas milícias poderiam ser acionadas pelo presidente, que em várias ocasiões proclamou “o povo armado jamais será escravizado”.⁸⁸ As investigações indicam que Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs) poderiam desempenhar um papel central nesse braço armado.⁸⁹

Apesar de os planos terem sido revelados em 2024, as investigações conduzidas pela Polícia Federal indicaram que as condições necessárias para a formação dessas milícias foram criadas desde o início do mandato de Jair Bolsonaro. A política de controle de armas no Brasil é regida pela lei 10.826/2003 e regulamentada por diversos atos normativos infralegais.

Entre janeiro de 2019 e agosto de 2022, foram editados 43 atos normativos, incluindo decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e projetos de lei, com o objetivo de expandir o acesso, comércio e circulação de armas de fogo e munições. A utilização de decretos regulamentares para modificar as regras previstas em lei não apenas ultrapassou as competências do Poder Executivo, como também foi feita de forma inconstitucional.

Este pode ter sido o caso em que o governo Bolsonaro mais desafiou os limites democráticos de pesos e contrapesos entre os poderes da República.

A edição de atos normativos constitui uma forma de jogo duro constitucional, que envolve a “exploração por atores políticos de procedimentos, leis e instituições para obter ganhos partidários, violando normas preestabelecidas e testando os limites da legalidade, o que pode minar o entendimento compartilhado das normas democráticas e a expectativa de que o outro lado as cumpra”.⁹⁰ Além de excluir a participação da sociedade civil em uma discussão necessária e responsável sobre o tema, o presidente também contornou o Legislativo, que é o ente responsável pela formulação de leis.

Entre as principais modificações realizadas por meio dos decretos presidenciais, destacam-se:

- Flexibilização e simplificação do processo para autorização da posse de armas por cidadãos comuns.
- Aumento do número de armas que um cidadão comum pode possuir, passando de quatro para seis armas por pessoa.⁹¹
- Mudança dos calibres de armas permitidos no Brasil, possibilitando que cidadãos comuns adquirissem armas até então de acesso restrito, como fuzis.
- Aumento do número de armas que CACs podiam possuir, permitindo até cinco armas de cada modelo para colecionadores, 30 para caçadores e 60 para atiradores desportivos, incluindo um limite de 30 fuzis, sem a necessidade de justificativas ou pré-autorizações.
- Flexibilização do porte de trânsito de armas para CACs, permitindo-lhes transportar armas muniçadas sem restrições quanto a trajeto e horário, sob a justificativa de estarem indo ou voltando de suas residências ou locais de prática e competição.

A flexibilização do acesso a armas e munições teve uma série de impactos. Primeiramente, o número de armas de pessoas físicas e CACs passou de 696.909 em 2018 para quase 2 milhões de armas (1.897.782), em julho de 2022. Isso significa que, desde 2019, mais de um milhão de armas foram adquiridas por civis.⁹² Além disso, houve um aumento importante no número de pessoas registradas como CACs, saltando de 238.439 em junho de 2020 para 673.818 em julho de 2022.

Esse número é superior ao total de policiais militares (406,3 mil) e militares (357 mil) em serviço no país.⁹³ Paralelamente, houve um grande aumento no número de clubes de tiro e lojas de armas em funcionamento no país, aumentando de 1.862 para 2.937 lojas de armas de fogo e de 1.092 para 2.095 entidades de tiro esportivo ativas no mesmo período. Essa facilitação no acesso à armas de fogo, sem um controle rigoroso,⁹⁴ permitiu que grupos radicais de extrema direita se armassem,⁹⁵ aumentando o risco de um rompimento democrático.

O descontrole de armas também proporcionou oportunidades para o abastecimento de armas e munições por parte do crime organizado, resultando em desvios registrados em mais de 10 estados envolvendo grupos como PCC, Comando Vermelho, milícias e outras organizações criminosas.⁹⁶ Muitas dessas armas foram empregadas em crimes comuns e por grupos criminosos altamente organizados, como roubos a bancos. Por exemplo, os dados do Exército revelam que a média de armas desviadas de CACs aumentou de 32 por mês em 2015 para 112 em 2022.⁹⁷

Independentemente das ameaças e da formação de milícias, o controle de armas e munições é uma política de segurança pública crucial para um país tão violento

como o Brasil, onde 71% dos assassinatos envolveram o uso de armas de fogo.⁹⁸ Além disso, as armas de fogo têm um impacto mais severo sobre pessoas negras: o risco de um homem negro ser assassinado com um tiro é 3,5 vezes maior do que o de um homem não negro.⁹⁹ Entre os assassinatos de mulheres negras, 53% envolvem armas de fogo, em comparação com os 44% entre mulheres não negras.

A atuação da sociedade civil

As organizações atuantes na área de controle de armas e munições consultadas possuem uma longa, reconhecida e sólida trajetória nesse setor, analisando dados e produzindo evidências, juntamente com uma abordagem focada em tomadores de decisão. Este histórico favoreceu uma leitura adequada do cenário à frente e permitiu um rápido reposicionamento em um contexto no qual o Governo Executivo excluiu a participação cívica e contornou o Legislativo. A estratégia envolveu trabalhar com diferentes tomadores de decisão e formadores de opinião, explicando o contexto por trás das medidas ilegais e os riscos para a segurança pública e para a manutenção da democracia brasileira.

O grupo teve uma visão estratégica sobre os riscos da flexibilização de armas e munições para além da insegurança, conseguindo transmitir essa mensagem a pessoas-chave. Apesar disso, grande parte da atuação deste grupo teve como objetivo frear o descontrole de armas, em um contexto no qual a legislação vigente era modificada a cada dia por novos atos normativos. Entre as estratégias utilizadas, estão:

Leitura estratégica do cenário e identificação de prioridades (não negociáveis)

Para evitar o esgotamento e ampliação de várias frentes simultaneamente, as organizações consultadas destacaram que a leitura estratégica do cenário político era frequente e determinava os pontos não negociáveis e o foco de atuação. Além de se observar o debate que ocorria nacionalmente, levava-se em consideração as perspectivas globais, entendendo a influência que movimentos armamentistas semelhantes em outros países poderiam ter no Brasil. Um desses pontos, por exemplo, era o porte de armas,¹⁰⁰ procurando-se articular uma série de outros atores para evitar a sua autorização.

Produção de informação

A análise de dados e disseminação de informação como forma de influenciar políticas públicas baseadas em evidência já se estabeleciam como uma das principais formas de atuação desses grupos. Além disso, somou-se a esse esforço o monitoramento sistemático do Diário Oficial da União (DOU) para identificar atos normativos que ameaçassem o frágil sistema de regulação de armas e munições e para responder a tempo e de forma técnica. A colaboração entre organizações para a coleta de dados e produção de análises rigorosas foi essencial para alimentar todas as demais estratégias. A produção de informações sobre o acesso descontrolado de armas em um contexto de ameaça democrática, influenciou a adoção de medidas preventivas por órgãos como o TSE.¹⁰¹

Litígio estratégico

Um dos campos em que essas organizações passaram a atuar foi o do litígio estratégico, levando questões de modificações por meio de atos normativos do Governo Federal diretamente ao STF. Essa abordagem não fazia parte das estratégias tradicionais dessas organizações, mas se mostrou essencial para reverter uma série de medidas inconstitucionais.¹⁰²

Articulação com a mídia

Além da comunicação estratégica, a mídia desempenhou um papel fundamental como parceira dessas organizações, utilizando os dados coletados para gerar reportagens publicadas em momentos específicos. As organizações também realizaram pesquisas de opinião para identificar a melhor forma de comunicar os retrocessos observados. Nesse contexto, houve a publicação de séries de reportagens que abordaram as mudanças no controle de armas e munições de forma profunda, com um enquadramento adequado, inclusive estabelecendo conexões entre o acesso a armas, a atuação de milícias e a própria democracia brasileira.¹⁰³ O objetivo principal de manter esses temas em evidência era conscientizar a opinião pública sobre os riscos das políticas propostas e aumentar o custo político de tais decisões.

Construção de alianças improváveis

Nesta estratégia, entram as iniciativas para influenciar congressistas, estabelecendo canais abertos de comunicação com parlamentares de diferentes espectros políticos. Buscou-se ampliar a frente de parlamentares atuando nessa causa, como, por exemplo, a Senadora Eliziane Gama, que liderou a Frente do Controle de Armas e Munições, e promover alianças e colaborações entre políticos com históricos de atuação na pauta, mesmo pertencendo a espectros políticos distintos. O Senador Eduardo Girão, que já trabalhava com a sociedade civil há quase uma década na pauta de controle de armas, uniu-se à frente de parlamentares, apesar do alto custo político por integrar a base do governo, e desempenhou um papel importante para manter a agenda de discussões. As organizações consultadas atribuem a essas alianças políticas estratégicas as vitórias que evitaram retrocessos no âmbito legislativo. Elas destacaram o papel central de articulação da sociedade civil nos bastidores para a formação dessas frentes, já que dificilmente uma coalizão de parlamentares com bases de apoio tão diferentes teria sido formada sem essa intervenção.

Trabalho com governos locais

Para contornar as limitações impostas pelo governo federal, optou-se por estabelecer parcerias de trabalho em nível local e estadual, visando construir políticas eficazes de controle e rastreamento de armas, fortalecer delegacias, oferecer atendimento a vítimas e outras agendas relevantes em colaboração com os estados.

Diplomacia discreta

A diplomacia discreta consiste em uma atuação nos bastidores com o objetivo de fornecer informações a formadores de opinião e tomadores de decisão que possam não ter um conhecimento aprofundado sobre a

pauta, suas implicações e consequências. Durante o governo Bolsonaro, foram realizadas reuniões com diferentes grupos para destacar a relação entre o descontrole de armas e a ameaça democrática. Foi necessário explicar a intenção por trás da formação de milícias armadas, apresentando indícios de como essas organizações estavam se constituindo. Isso foi vital para pessoas que não estavam familiarizadas com o tema, e portanto, incapazes de compreenderem o risco real envolvido. Um exemplo bem-sucedido foi o engajamento de pessoas preocupadas com a demora do STF em se manifestar e julgar diferentes Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) relacionadas aos decretos de armas.

Resultados

As estratégias implementadas pelas organizações da sociedade civil resultaram em impactos significativos, considerando a correlação de forças entre os atores envolvidos. Conforme evidenciado pela análise do contexto, o governo Bolsonaro efetivamente promoveu a flexibilização do controle de armas e munições, o que levou a um aumento desproporcional do número de armas em circulação. No entanto, as limitadas vitórias no âmbito do legislativo e do judiciário, por meio da articulação e produção rigorosa de informações, representam conquistas que ajudaram a mitigar danos maiores e irreversíveis.

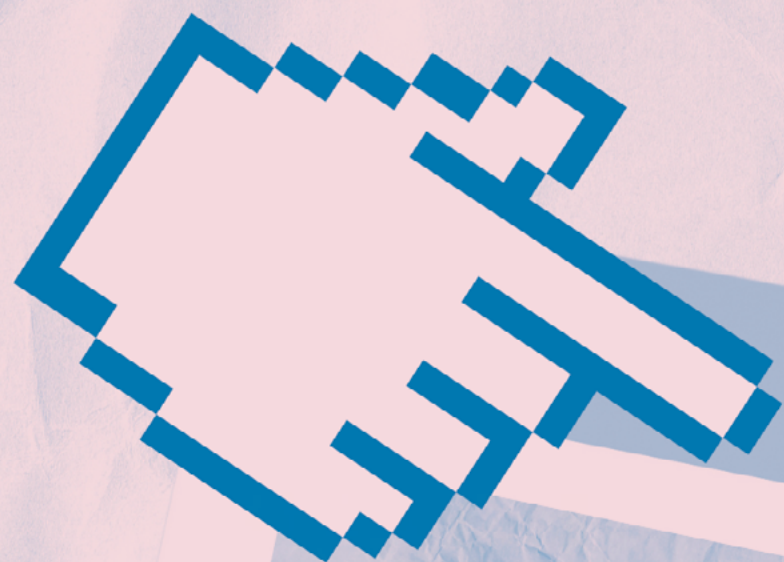
É importante destacar que o primeiro ato assinado pelo Governo Lula foi um decreto que reverteu parte das medidas de descontrole de armas e munições feitas pelo Governo Bolsonaro. Além disso, foi criado um grupo de trabalho com os órgãos responsáveis pelo controle de armas, como Polícia Federal e Exército, em colaboração com representantes da sociedade civil e do Poder Legislativo. O objetivo desse grupo era discutir e propor medidas que tornassem mais eficaz o controle de armas no país.

O impacto sobre as organizações

Os quatro impactos principais do ponto de vista organizacional são os seguintes:

- 1. Alteração rápida da postura institucional diante do contexto político:** A necessidade de lidar com ataques e mudanças bruscas no ambiente político levou as organizações a migrar de uma postura de diálogo para a construção de uma postura de resistência. Isso exigiu uma adaptação rápida e uma dinâmica de pronta resposta para enfrentar as ameaças de retrocesso nas políticas relacionadas ao controle de armas e munições.
- 2. Adoção de novas estratégias:** Diante das mudanças normativas e da necessidade de proteger determinadas agendas, houve a adoção de estratégias antes pouco utilizadas pelas organizações consultadas, como a litigância estratégica.
- 3. Intensificação da cooperação entre organizações:** Observou-se uma maior colaboração e parceria, com um esforço para buscar consensos na maneira de atuar, inclusive na formulação e execução de projetos conjuntos entre as organizações.
- 4. Aumento da carga de trabalho e impacto na saúde mental das equipes:** As organizações enfrentaram exaustão física e deterioração da saúde mental da equipe, devido ao aumento da carga de trabalho e a necessidade de estar constantemente vigilante diante do contexto desafiador.

6. A INTEGRIDADE DAS ELEIÇÕES



6. A integridade das eleições

O contexto

A disseminação rápida de notícias falsas e teorias conspiratórias representa uma ameaça tanto à liberdade de expressão quanto ao processo eleitoral.¹⁰⁴ Conforme as recentes descobertas da investigação sobre a tentativa de golpe, a disseminação de informações falsas visando desacreditar o sistema eleitoral era parte de uma estratégia planejada para gerar tumulto e angariar apoio a um eventual golpe destinado a manter Jair Bolsonaro no poder.¹⁰⁵ Desde 2014, a crescente conectividade da população e o descontentamento com o cenário político propiciaram o surgimento de diversas campanhas de desinformação no Brasil.¹⁰⁶ Essa problemática se intensificou durante o pleito de 2018, marcado pela polarização e uso intensivo das redes sociais nas campanhas partidárias, o que culminou na ascensão de candidaturas populistas de extrema direita, como a de Jair Bolsonaro à presidência.

Bolsonaro conquistou a presidência à margem dos meios convencionais e consolidou sua presença no espaço digital engajando os eleitores em plataformas como Facebook, Twitter (hoje X), Telegram e WhatsApp. Durante esse período, narrativas conservadoras e campanhas difamatórias contra candidatos da oposição e jornalistas proliferaram,¹⁰⁷ acompanhadas por acusações de fraude eleitoral e questionamentos sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas.¹⁰⁸

A velocidade com que essas narrativas se espalharam pelas redes sociais permitiu que mensagens enganosas alcançassem proporções alarmantes, pegando as instituições brasileiras de surpresa. Os eleitores foram inundados por uma onda

sem precedentes de conteúdo enganoso e conspiratório sobre o tema, sobrecarregando o sistema de justiça e desafiando a confiança da população e a resiliência do sistema eleitoral. Em 2020, alegações de desconfiança no sistema eleitoral inundaram as plataformas digitais.¹⁰⁹ Apesar de terem sido rapidamente neutralizadas, deslegitimadas e descartadas por especialistas, os ataques cibernéticos,¹¹⁰ incluindo violações de servidores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE),¹¹¹ intensificaram as suspeitas contra a integridade e segurança das eleições, reforçando a narrativa de suposta fraude eleitoral.¹¹²

Durante a campanha, o TSE agiu de forma proativa, ampliando parcerias com plataformas e firmando acordos com agências de verificação de fatos.¹¹³ Mesmo assim, as autoridades eleitorais do Brasil se viram incapazes de lidar com a onda sem precedentes de desinformação que atingiu seu auge durante as eleições presidenciais de 2022.

O uso generalizado de redes sociais, plataformas de mensagens e canais de comunicação sem filtro está testando os limites da governança democrática. Além dos posts escritos, canais de extrema direita obtiveram um engajamento recorde ao disseminar desinformação por meio de transmissões ao vivo,¹¹⁴ entrevistas e podcasts em formato de vídeo, defendendo bandeiras como a liberdade de expressão para justificar acusações falsas e discurso de ódio.¹¹⁵

Com a forte disseminação dessas narrativas por grupos de WhatsApp e Telegram, apoiadores de Bolsonaro passaram a se reunir em frente a instituições militares pedindo intervenção militar, sobretudo após os resultados das eleições serem anunciados.¹¹⁶ Com o intenso fluxo de mensagens reforçando protestos e mobilizações, grande parte dos insatisfeitos buscou refúgio em um universo paralelo, acreditando que a intervenção militar, a prisão do Ministro do STF Alexandre de Moraes e o cancelamento das eleições fraudulentas eram iminentes.

Com a crescente onda de desinformação, as eleições brasileiras de 2022 trazem lições sobre como garantir eleições livres e justas, além de como mitigar algumas das consequências negativas geradas pela máquina global de desinformação.

É importante destacar que, apesar dos resultados da disputa presidencial terem favorecido o candidato Lula, não surpreende que algumas das figuras mais vocais da direita, incluindo a deputada federal Carla Zambelli e os então candidatos Gustavo Gayer e Nikolas Ferreira, tenham convertido processos de desinformação¹¹⁷ em resultados eleitorais impressionantes. Nikolas Ferreira, ex-vereador de 26 anos e apoiador fervoroso de Jair Bolsonaro, conquistou 1,49 milhão de votos, mais do que qualquer outro candidato ao Congresso.

A atuação da sociedade civil

O papel da desinformação na erosão democrática tem sido amplamente estudado e combatido por diversos setores da sociedade. Como se trata de um tema relativamente novo, a atuação da sociedade civil, em parceria com outros órgãos, especialmente o TSE, testou várias estratégias bem-sucedidas que tiveram um impacto positivo na manutenção da integridade do processo eleitoral no Brasil. Uma segunda estratégia foi a aquisição de capacidade técnica para monitorar as redes sociais e a implementação de programas para este acompanhamento sistemático.

Neste estudo de caso, houve uma compreensão mais profunda de como chegamos ao atual cenário. Foi também neste contexto que mais organizações esboçaram ações proativas, entendendo o impacto profundo das fake news na democracia e visando abordar as causas da polarização

e da desinformação. Por exemplo, foram desenvolvidas iniciativas focadas em uma cidadania ativa e na retomada da confiança da população nas instituições públicas.

A seguir, descrevemos as principais estratégias utilizadas:

Leitura estratégica e cenários prospectivos

Diante da gravidade de uma possível ruptura com o Estado Democrático de Direito, as organizações da sociedade civil se prepararam para diversos cenários. Os principais foram os seguintes:

1. Em caso de uma eventual vitória de Bolsonaro nas eleições de 2022, foram identificadas as áreas que seriam mais prejudicadas, e foram avaliadas opções e estratégias de atuação.
2. Na hipótese de uma vitória de Lula e contestação dos resultados, com a possível declaração de um Estado de sítio, foram detalhadas as opções viáveis existentes para resistir do ponto de vista jurídico.
3. Talvez o cenário considerado menos preocupante seja o atual, em que Lula venceu as eleições e não houve disputa dos resultados por vias oficiais. Neste caso, foi feito um mapeamento de ações que deveriam ser desfeitas nos primeiros 100 dias do governo.

Capacitação em temas digitais

Esta foi a principal estratégia adotada pelas organizações, pois envolvia uma nova área de atuação. Segundo as organizações consultadas, foram realizadas capacitações em diversos temas, incluindo ambiente digital, fake news e desinformação, legislação e monitoramento de redes.

Monitoramento de redes sociais

Como se tratava de um cenário inédito, as organizações desenvolveram novas habilidades, incluindo o monitoramento de redes para identificar clusters de fake news e desinformação, além do acompanhamento de atores específicos previamente definidos como sendo de risco. Essas informações eram transmitidas ao TSE e outros órgãos competentes para informar suas estratégias e antecipar possíveis desafios.

Trabalho em rede para o monitoramento de redes sociais

O monitoramento das redes sociais não apenas representa um novo campo de atuação, mas também exige um trabalho extenso. Por isso, estabeleceu-se uma colaboração em rede entre diversas organizações que atuam nessa área, com o objetivo de denunciar fake news e derrubar sites que disseminam desinformação, entre outras ações.

Comunicação estratégica

Neste tema, a estratégia de comunicação foi direcionada principalmente para a produção de conteúdos com o objetivo de esclarecer informações falsas, fortalecer o apoio e a confiança nas instituições, além de incentivar uma cidadania ativa, engajada e bem informada.

Advocacy internacional

Os esforços nesta área se concentraram em legitimar o resultado das eleições. Essa estratégia envolveu especialmente a articulação com governos estrangeiros, seja por meio das embaixadas ou de visitas internacionais, visando solicitar o reconhecimento imediato das eleições como forma de validar o processo eleitoral.

Colaboração entre mídia, sociedade civil e TSE

A colaboração estratégica entre esses atores representa um marco sem precedentes no contexto brasileiro. Houve um intercâmbio de informações técnicas com o TSE, contribuições jurídicas para acordos com plataformas digitais e uma vigilância cívica ativa, entre outras iniciativas. Um exemplo emblemático ocorreu em 2021, quando o TSE lançou o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral.¹¹⁸ Seu principal objetivo era reduzir os efeitos prejudiciais da desinformação relacionada à Justiça Eleitoral, às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral. Essa iniciativa buscou proteger a integridade, credibilidade e legitimidade do processo eleitoral, adotando uma abordagem colaborativa e estabelecendo parcerias estratégicas com diversos atores, como veículos de comunicação, organizações de checagem, partidos políticos e instituições de pesquisa.

O programa operou em três eixos principais: informar, capacitar e responder. Entre suas atividades estavam a divulgação de informações oficiais, a capacitação midiática, ações educacionais e programas de capacitação para o público interno e externo da Justiça Eleitoral, além de estratégias de resposta e prevenção contra a desinformação. Para o ciclo eleitoral de 2022, o TSE expandiu suas ações, abrangendo uma rede de divulgação de informações verídicas, um chatbot no WhatsApp, campanhas de conscientização, uma coalizão para checagem de fatos, monitoramento de desinformação e parcerias com órgãos de segurança.

Em contraste com as ações do TSE em 2018, quando as práticas eram muito mais reativas, o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação adotou uma abordagem proativa e de longo prazo. Ele busca estabelecer uma estrutura dedicada e capacitada, implementando ações contínuas para combater a desinformação.

Essa mudança reflete o aprendizado dos últimos anos: as instituições precisam estar preparadas, ter um planejamento robusto e uma rede capaz de fornecer informações oficiais com rapidez e eficácia.

Paralelamente, as organizações da sociedade civil se uniram para formar uma vigília cívica,¹¹⁹ liderada pela coalizão Pacto pela Democracia e sediada na Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP). O objetivo era apoiar o TSE e coordenar esforços para assegurar a integridade do processo eleitoral em todo o Brasil, reunindo lideranças do terceiro setor, do setor jurídico e empresarial. Além disso, foram produzidos vídeos com mensagens de apoio, gravados por personalidades proeminentes, para amplificar a importância desse esforço conjunto.

Lições aprendidas de outros casos

A análise do contexto internacional, especialmente dos Estados Unidos, foi preponderante na definição das estratégias adotadas neste estudo de caso. A partir dessa análise, foi possível adotar uma abordagem proativa, baseada na premissa de que havia um risco real de ruptura com a democracia. Vale mencionar um artigo publicado na revista *Time*¹²⁰ sobre o papel da desinformação na invasão do Capitólio, que serviu como um alerta para muitos entrevistados sobre os possíveis desdobramentos no Brasil.

Resultados

É inegável que a democracia brasileira enfrentou um risco real durante esse período tumultuado. As investigações em curso têm revelado uma série de esquemas e planos destinados a manter Bolsonaro no poder, evidenciando a gravidade da situação. A vitória do presidente Lula em meio a campanhas persistentes de desinformação e fake news é um reflexo da ampla articulação da sociedade em defesa da democracia.

No entanto, é preciso reconhecer que ainda há desafios a serem enfrentados. A extrema polarização na sociedade e a dificuldade em estabelecer diálogos construtivos entre espectros políticos diferentes continuam sendo obstáculos significativos. A falta de colaboração entre os partidos políticos, especialmente os de esquerda, dentro do ambiente democrático, aumenta o risco para as próximas eleições. Alguns dos desafios apontados pelas organizações destacam a dificuldade de abrir espaços para um diálogo mais amplo, para que a disputa política se faça dentro dos limites constitucionais. Além disso, a falta de compreensão por parte de alguns doadores que retiraram o apoio financeiro, sugere que os desafios da democracia no Brasil já foram superados, quando na verdade exigem atenção e esforços contínuos.

O impacto sobre as organizações

O principal impacto observado nas organizações consultadas foi a adoção de novas temáticas de atuação e a necessidade de desenvolver habilidades para enfrentar as ameaças existentes. Para isso, destacou-se uma colaboração sem precedentes entre organizações da sociedade civil e outros setores, incluindo o próprio TSE. No entanto, após as eleições observou-se que essa articulação foi desfeita, ao menos entre as organizações, e o ambiente extremamente competitivo que existia anteriormente foi restabelecido.



7.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

7. Considerações finais

A análise destes casos revelou uma série de ações deliberadas por parte do governo para centralizar o poder no Executivo, moldar uma narrativa em que retrata vozes críticas como inimigas do Estado e criar condições favoráveis para a formação de um grupo armado de apoio à manutenção de Bolsonaro no poder. Apesar desses desafios, considerando-se a correlação de forças, a sociedade civil foi bem-sucedida em articular diferentes segmentos do governo, de variados espectros políticos, em defesa da democracia e em colaboração com outros setores comprometidos com ideais democráticos. Embora haja uma sensação de esgotamento e a consciência de que muitas ações foram reativas entre a maioria dos entrevistados, é fundamental reconhecer as inúmeras conquistas alcançadas, mesmo diante dos desafios persistentes para evitar a emergência de futuros de natureza autoritária no Brasil.

Nenhuma organização adotou uma única estratégia de atuação. O sucesso decorreu do uso de múltiplas estratégias aplicadas em momentos chave. Por exemplo, a articulação e coordenação da sociedade civil e a cooperação com instâncias multilaterais internacionais, de grande relevância, como o Parlamento Europeu, a Organização dos Estados Americanos, as Nações Unidas e encontros como a COP. A colaboração se estendeu a relações bilaterais com embaixadas em Brasília, parcerias com a mídia tradicional, comunicação estratégica em redes sociais e advocacy junto a outros órgãos públicos, especialmente no legislativo e nas instâncias executivas estaduais e municipais. Houve ainda uma interação significativa com o Judiciário, principalmente através da litigância estratégica, da aquisição de soluções tecnológicas e do conhecimento técnico para monitorar e neutralizar ataques à integridade das eleições, além da coleta de inteligência e análise constante do cenário

político para determinar a estratégia mais adequada a cada momento.

A maioria das estratégias adotadas foram reativas, em resposta a ataques específicos. E considerando a amplitude e diversidade das medidas implementadas pelo governo Bolsonaro, pouco se avançou em iniciativas preventivas contra um retorno ao contexto de corrosão democrática. As medidas de natureza preventiva foram mais comuns entre as organizações que focam na integridade das eleições.

Entre as poucas estratégias no campo da prevenção/proatividade, destacam-se:

1. A realização de cursos de formação política em comunidades, como forma de fomentar uma cidadania ativa, bem informada e consciente.
2. Um programa de fortalecimento institucional conduzido pelo Tribunal Superior Eleitoral, focado em recuperar a confiança da população na integridade e no papel do órgão, além de educar o funcionamento do sistema eleitoral, entre outros.
3. A tentativa de criação de plataformas e redes para coordenação de ações entre as organizações.
4. Estudos sobre como comunicar-se estrategicamente com indivíduos radicais, buscando estabelecer diálogos construtivos.

É importante destacar que as organizações focadas em questões ambientais, especialmente na Amazônia, já lidavam com um contexto de extrema insegurança e tinham experiência em como se comunicar e se movimentar em um ambiente marcado por ameaças pessoais e institucionais. Neste cenário, apesar de predominar ações reativas aos desafios diários, ocorreu uma apropriação fundamental e inédita da narrativa local por organizações de base e identitárias, que se

concretizaram na participação e atuação política desses grupos.

Também vale notar que a extensa e consolidada trajetória das organizações que atuam no controle de armas e munições foi fundamental para uma eficaz articulação nos bastidores. Essa experiência resultou em uma sólida produção de conhecimento que auxiliou os tomadores de decisão a formar opiniões e fundamentar suas escolhas, ajudando a resistir ao desmonte da política de controle de armas em curso. Além disso, essas organizações forneceram dados importantes sobre o potencial impacto que o avanço dessa agenda poderia ter sobre o Estado democrático de direito no Brasil.

No campo da defesa da liberdade de expressão e da integridade das eleições, surgiram novas organizações e alianças essenciais, propiciando uma colaboração sem precedentes entre setores diversos. Essa ampla colaboração e coordenação de esforços ocorreu em um ambiente onde organizações com frequência competem e divergem. Esse cenário é apontado como um dos grandes desafios para o futuro, e resolver essa dinâmica é visto como uma necessidade para enfrentar potenciais ameaças emergentes.

De forma geral, a litigância se mostrou uma estratégia muito importante, com o Judiciário atuando como uma âncora democrática durante esse período. Realizada em diversos níveis, inclusive internacional, essa abordagem conseguiu efetivamente evitar o uso abusivo do aparato estatal para silenciar vozes críticas e impedir o avanço de políticas que contrariavam as prerrogativas constitucionais do Estado de Direito.

Por fim, é necessário redobrar a atenção a um dos principais impactos observados por todas as organizações consultadas: a saúde mental da equipe. Esse aspecto não foi afetado apenas pela carga de trabalho decorrente da frequência crescente dos ataques, mas também pelos desafios impostos pelo trabalho remoto durante e após a pandemia, além

da própria natureza agressiva dos ataques. Havia uma frustração significativa devido à necessidade de atuar contra o governo, sem a manutenção do diálogo construtivo em um regime democrático.

Visando fortalecer o Estado democrático de direito no Brasil, delineamos alguns pontos que merecem atenção, de acordo com as organizações consultadas:

1. Persiste a falta de confiança nas instituições públicas, além da continuação da polarização e das redes de fake news, desinformação e disseminação do discurso do ódio.
2. A articulação entre os partidos de esquerda e direita que atuam no campo democrático continua limitada. Na ausência de um inimigo comum, o diálogo construtivo não é retomado e não há preparação adequada para as próximas eleições.
3. Apesar de representantes da extrema direita não estarem no poder executivo federal, muitos foram eleitos para o Poder Legislativo e outros níveis do Poder Executivo.
4. Mantém-se o desequilíbrio dos poderes, particularmente no Legislativo, que, com o orçamento secreto tem um poder desproporcional às suas prerrogativas. Na atual configuração, é possível que a corrosão democrática seja promovida a partir daí.
5. A articulação da sociedade civil retrocedeu e um ambiente competitivo voltou a dominar as relações.
6. Houve uma queda no financiamento da sociedade civil, em especial para projetos voltados ao fortalecimento da democracia e espaço cívico.
7. Ainda são limitadas as ações focadas na reversão das tendências que propiciaram a ascensão de Bolsonaro.

Notas de fim

1. G1 (2024). [Bolsonaro indiciado: veja linha do tempo das investigações e casos ainda em apuração.](#)
2. Teixeira, Carla (2002). "Palavras iniciais: Antropologia do poder e assédio institucional no setor público brasileiro". In: [Assédio Institucional no Brasil: Avanço do Autoritarismo e Desconstrução do Estado](#)
3. Runciman, David (2018). "Como a democracia chega ao fim". 1ª ed. São Paulo, Editora Todavia, 2018.
4. Bruff, Ian. "The Rise of Authoritarian Neoliberalism". *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture Society*, 26:1, pp. 113-129, 2014.
5. Aguiar, Monique Florencio (2022). "Estudo introdutório e plano de organização do livro". In: [Assédio Institucional no Brasil: Avanço do Autoritarismo e Desconstrução do Estado](#)
6. *Época* (2021). [Oito vezes em que Bolsonaro defendeu o golpe de 64](#)
7. Ao votar pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro prestou homenagem ao coronel Brillhante Ustra, primeiro militar atuante durante a ditadura militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador. BBC (2016). [Discurso de Bolsonaro deixa ativistas "estarecidos" e leva OAB a pedir sua cassação](#)
8. Jair Bolsonaro e seus ministros fizeram apologia à restauração do AI-5, um decreto da era da ditadura que institucionalizou práticas como tortura, repressão e censura. *O Estado de S. Paulo* (2019). [O que foi o AI-5?](#)
9. Habeas corpus é um recurso legal contra a detenção ilegal.
10. *O Estado de S. Paulo* (2023). [Saiba como surgiu o termo "gabinete do ódio" ainda no governo Bolsonaro](#)
11. Buyse, Antoine. [Squeezing Civic Space: restrictions on civil society organizations and the linkages with human rights](#), *The International Journal of Human Rights* 22, nº 8, (Taylor & Francis Online 2018), pp. 966-988.
12. Young, Iris Marion (2002). [Inclusion and Democracy](#), Oxford Academic, acessado em 21 de fevereiro de 2024.
13. Saiba mais sobre a tipologia criada pelo Instituto Igarapé (2020), no Artigo Estratégico 49. [A Ágora sob ataque: Uma tipologia para a análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo](#)
14. Entre as atribuições da Secretaria do Governo, comandada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz, estava o monitoramento e a coordenação de ONGs em território nacional e de organismos internacionais. *Folha de S.Paulo* (2019). [Via medida provisória, Bolsonaro cria monitoramento de ONGs e organizações internacionais](#)
15. [Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019](#)
16. *O Globo* (2019). [Decreto do governo Bolsonaro mantém apenas 32 conselhos consultivos.](#)
17. *The Guardian* (2017). [Brazil's indigenous people outraged as agency targeted in conservative-led cuts](#)
18. *The Guardian* (2019). [He wants to destroy us: Bolsonaro poses graves threat in decades, Amazon tribes say.](#)
19. BBC (2019). [Brazil: Amazon land defender killed by illegal loggers.](#) *BBC News Brasil* (2023). [Um ano da morte de Bruno e Dom: "Não tenho palavras para descrever a frustração que sinto, afirma viúva do jornalista inglês"](#)
20. Originalmente, a sociedade civil possuía 22 assentos no Conama. Depois das mudanças, esse número foi reduzido para apenas quatro. Além disso, os assentos passaram a ser distribuídos por sorteio entre as entidades interessadas, em vez de uma eleição. O mandato dos representantes civis, que era de dois anos, foi reduzido para um ano. Além disso, alguns órgãos governamentais perderam sua representação no Conama, caso da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Agência Nacional de Águas (ANA). Os ministérios públicos federal (MPF) e estaduais também foram excluídos do Conama. Para mais informações, veja a reportagem do G1 (2019): [Governo diminui participação da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente](#)
21. Apesar de ser um órgão consultivo, a Comissão Nacional de Biodiversidade deixou de ser ouvida para identificar e sugerir ações prioritárias em áreas como pesquisa e conservação da diversidade biológica e o monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos. Para mais informações, leia o artigo do WWF (2020): [Em ano de Conferência da Biodiversidade, governo esvazia mais um conselho na área ambiental](#)
22. Outro decreto acabou com os cargos destinados à sociedade civil no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente. O FNMA é responsável por fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis no país, distribuindo mais de 30 milhões de reais anualmente de verbas arrecadadas nas concessões florestais. Para mais informações, leia a reportagem de Fábio Manzano no G1 (2020): [Bolsonaro exclui participação da sociedade civil de conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente](#)
23. G1 (2020). [Ministro do Meio Ambiente defende passar "a boiada" e "mudar" regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19](#)
24. *Veja* (2022). [Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo](#) e *Veja* (2021). [Bolsonaro em Porto Velho: Meu Exército, minha Marinha, minha Aeronáutica](#)
25. *El País* (2019). [O sigilo deveria ser exceção. O decreto do Governo prejudica a transparência](#)
26. Câmara dos Deputados (2020). [Prazos da Lei de Acesso à Informação estão suspensos durante a pandemia](#)
27. *Folha de S.Paulo* (2022). [Kassio Nunes diz que arquivamento de ação contra Conrado Hübner é ilegal e apresenta recurso](#)
28. *Folha de S.Paulo* (2021). [MPF se manifesta contra pedido de Aras por condenação de Conrado Hübner Mendes](#)

29. *Poder 360* (2023). [CPI das ONGs pede indiciamento do presidente do ICMBio em relatório](#)
30. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tem como missão proteger e administrar a biodiversidade nas unidades de conservação do país. Além de executar políticas públicas de preservação ambiental, o ICMBio é responsável pela criação, implementação e gestão de áreas protegidas, incluindo parques nacionais, reservas extrativistas e áreas de proteção ambiental, garantindo a proteção de ecossistemas e espécies ameaçadas.
31. Agência Senado (2023). [CPI das ONGs aprova relatório, que sugere seis projetos e um indiciamento](#)
32. Observatório do Clima (2022). [Pacote da destruição: O que dizem os projetos de lei em pauta.](#)
33. *Veja* (2022). [Em 'vitória' a Bolsonaro, STF suspende marco temporal das terras indígenas](#)
34. Portal STF (2023). [STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas](#)
35. *CNN* (2023). [Bolsonaro diz que pode não cumprir decisão do Supremo sobre Marco Temporal](#)
36. Agência Senado (2023). [Congresso derruba veto de Lula ao marco temporal das terras indígenas.](#)
37. Entrevista realizada pelo Instituto Igarapé no dia 29 de novembro de 2023 para este estudo.
38. Entrevista realizada pelo Instituto Igarapé no dia 1 de dezembro de 2023 para este estudo.
39. Conectas Direitos Humanos (2022). [Conectas cobra na Justiça redução de emissões do BNDESPar](#)
40. WWF (2021). [Jovens processam governo por "pedalada" climática](#)
41. O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia é uma coalizão política no Parlamento Europeu composta por deputados de dois partidos ideologicamente distintos, o Partido Verde Europeu e a Aliança Livre Europeia, juntamente com alguns independentes.
42. *BBC* (2019). [Bolsonaro é "infantil" e política ambiental brasileira ameaça acordo UE-Mercosul, dizem deputados alemães](#)
43. *UOL* (2022). [Parlamento Europeu coloca em votação moção para condenar Bolsonaro](#)
44. *G1* (2022). [Bruno Pereira e Dom Phillips: a cronologia do caso, desde o início da viagem](#)
45. *CNN* (2021). [Em clima de urgência ambiental, artistas brasileiros fazem alertas em obras](#)
46. O [Acampamento Terra Livre \(ATL\)](#) é a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, realizada desde 2004, geralmente todo mês de abril em Brasília. Surgiu a partir de uma mobilização para discutir a Nova Política Indigenista durante o primeiro governo Lula.
47. Greenpeace (2022). [Caetano Veloso, artistas e organizações se reúnem em Ato Pela Terra contra Pacote da Destruição](#)
48. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). [Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil: 1970-2020](#). 2021.
49. Agência Câmara de Notícias (2023). [Bancada do cocar toma posse na Câmara com festa e promessa de resistência](#)
50. *The Guardian* (2019). [Jair Bolsonaro claims NGOs behind Amazon forest fire surge – but provides no evidence](#)
51. *The New York Times* (2019). [Brazil's Leader Falsely Blames Leonardo DiCaprio for Amazon Fires](#)
52. O propósito era minar a credibilidade e reputação pessoal e institucional dos atores cívicos, além de encorajar alguns grupos a se autocensurar por medo de serem alvos.
53. *The Guardian* (2019). [Brazil space institute director sacked in Amazon deforestation-row](#)
54. *O Globo* (2020). [Deve-se rastrear o dinheiro público no 'gabinete do ódio'](#). *The New York Times* (2020). [Brazil's Troll Army Moves Into the Streets](#)
55. *UOL* (2021). [PF aponta como o 'gabinete do ódio' se expandiu além do Palácio do Planalto](#)
56. *UOL* (2022). [10 anos do Porta dos Fundos: o que se sabe sobre ataque à sede do canal](#)
57. *UOL* (2020). [O que é, quem fez e quem está no dossiê antifascista](#)
58. *UOL* (2020). [Veja a lista de jornalistas e influenciadores em relatório do governo](#)
59. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), 2020. [Mulheres jornalistas sob ataque](#)
60. *G1* (2019). [Moro revoga nomeação de Ilona Szabó para conselho após "repercussão negativa"](#)
61. *Poder 360* (2019). [Ilona Szabó aceitou convite de Moro para sabotar governo, diz Flávio Bolsonaro.](#)
62. *O Estado de S. Paulo* (2019). [Site bolsonarista exhibe tuíte falso em novo ataque contra jornalista do Estado](#)
63. *G1* (2019). [Globo repudia em nota ataques de Bolsonaro a Miriam Leitão](#)
64. *G1* (2022). [Conselho abre processo sobre deboche de Eduardo Bolsonaro à tortura sofrida por Miriam Leitão](#)
65. *Folha de S. Paulo* (2021). [Justiça condena Hans River a indenizar repórter da Folha em R\\$ 50 mil por danos morais](#)
66. *UOL* (2022). [Deboche, irritação e 'tchutchuca': 10 momentos de Bolsonaro no cercadinho](#)
67. *O Estado de S. Paulo* (2023). [Coronavírus: lembre o que Bolsonaro já falou sobre a pandemia.](#)
68. *G1* (2021). [Ano de 2020 tem recorde de ataques à liberdade de imprensa desde início da série na década de 1990, diz Fenaj](#)
69. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), 2020. [Veículos de imprensa suspendem cobertura presidencial na porta do Alvorada.](#)

70. *O Globo* (2020). [Com ataques à imprensa, aliados de Bolsonaro veem poucas chances de retomar “cercadinho” do Alvorada](#)
71. *O Estado de S. Paulo* (2022). [Ataques a jornalistas são constantes no governo Bolsonaro: relembre os principais casos.](#)
72. Brazilian Association of Investigative Journalism (Abraji) (2021). [Relatório: Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil.](#)
73. *El País* (2021). [Felipe Neto é intimado a depor com base em Lei de Segurança Nacional, herança da ditadura](#)
74. Os principais pontos do projeto incluíam a moderação obrigatória de conteúdo, a proibição de contas falsas e do uso de robôs, limites para o compartilhamento de mensagens, a necessidade de identificação de usuários patrocinando conteúdo, a criação de um Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet, e sanções para empresas que não cumpram a lei. Veja: Politize (2023). [PL das Fake News: os 10 pontos principais para entender o projeto de lei](#)
75. *CNN* (2020). [AGU defende no STF inquérito contra chargista que ligou Bolsonaro ao nazismo](#)
76. *RFI* (2020). [Associação internacional de cartunistas denuncia intimidações a Aroeira, Laerte e outros brasileiros](#)
77. *G1* (2023). [Bolsonaro tem condenação definitiva na Justiça por ataques a jornalistas](#)
78. *G1* (2023). [Criado para divulgar dados sobre Covid, consórcio de veículos de imprensa chega ao fim](#)
79. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), 2022. [Programa da Abraji incentiva criação de núcleos de checagem em 31 redações para o período eleitoral](#)
80. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), 2021. [Relatório: Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil](#)
81. *UOL* (2023). [Em Haia, denúncia contra Bolsonaro ganha força e mobiliza investigadores](#)
82. *G1* (2020). [Bolsonaro é alvo de nova queixa no Tribunal Penal Internacional por atuação frente à pandemia do coronavírus](#)
83. *Veja* (2020). [Bolsonaro é denunciado na ONU por ataques contra jornalistas](#)
84. *O Globo* (2021). [Na Nicarágua, jornalismo fica entre exílio ou "leis do silêncio de governo opressor](#)
85. *Ibidem*.
86. *Folha de S.Paulo* (2022). [Youtube cita desinformação eleitoral e corta receita da Jovem Pan](#)
87. *O Globo* (2024). [Grupo ligado a Bolsonaro era a favor de braço armado em plano golpista e previa “apoio dos CACs”, disse Cid à PF](#)
88. *UOL* (2022). [‘Povo armado jamais será escravizado; comprem suas armas’, diz Bolsonaro](#)
89. *O Globo* (2024). [Grupo ligado a Bolsonaro era a favor de braço armado em plano golpista e previa “apoio dos CACs”, disse Cid à PF](#)
90. Instituto Igarapé (2021). [Uma tipologia para entender as estratégias e táticas utilizadas para atacar o espaço cívico](#)
91. *CNN Brasil* (2021). [Desde início do governo, Bolsonaro mudou 31 vezes a política de armas no Brasil](#)
92. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação. Protocolos Exército/SIGMA: 60502002302201821 (2018); 60502000220201841 (2019); 60143004364202018 (2020); 60143006375202113 (2021); 60143005206202247 (2022). Protocolos LAI PF/SINARM: 086/2019-SIC/DIREX/PF (2018); 0282/2020-SIC/DIREX/PF (2019); 1572/2020-SIC/DIREX/PF (2020); 1445/2021-SIC/DIREX/PF (2021); 0758/2022-SIC/DIREX/PF (2022).
93. Os dados foram fornecidos pelo Exército em junho de 2022, de acordo com pedido feito pela Lei de Acesso à Informação. *O Estado de S. Paulo* (2022). [“CACs já superam total de PMs e de integrantes das Forças Armadas em todo o País; veja a evolução”.](#)
94. Instituto Igarapé (2021). [Boletim Descontrole no Alvo - Mais Grupos Armados, Menos Fiscalização](#)
95. *UOL* (2020). [O que é 300 do Brasil grupo de extrema-direita liderado por Sara Winter](#)
96. *O Globo* (2022). [Armados pelo governo Bolsonaro, CACs usam acesso a material bélico para fortalecer milícia e tráfico](#)
97. *Veja* (2022). [Furto e roubo de armas têm alta em meio à política belicista de Bolsonaro](#)
98. Segundo o relatório de 2021 do Instituto Sou da Paz, em 2020, o Governo Federal destinou 37 milhões de reais do SUS para cobrir os custos de internações causadas por ferimentos por armas de fogo. O relatório intitulado [Custos de Violência Armada: estimativa e análise dos gastos com vítimas de arma de fogo atendidas na rede hospitalar do SUS](#), detalha esses gastos
99. Instituto Sou da Paz (2022). [Relatório Violência Armada e Racismo: O papel da arma de fogo na desigualdade racial - 2º edição](#)
100. *CNN Brasil* (2022). [Juizes de Nova York afrouxam leis de porte de armas após decisão da Suprema Corte](#)
101. Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral determinaram a proibição da circulação de pessoas portando arma nos locais de votação, nas seções eleitorais e em outras localidades eleitorais no dia da eleição, nas 48 horas anteriores e nas 24 horas subsequentes ao pleito, dentro de um perímetro de 100 metros. [Ao responder a consulta, TSE proíbe portar armas nos locais de votação no dia da eleição.](#) Tribunal Superior Eleitoral (2022).
102. A decisão de Edson Fachin suspendeu os efeitos de decretos e portarias anteriores, estabelecendo que a posse de armas só pode ser autorizada para pessoas que comprovarem “efetiva necessidade”, por razões profissionais ou pessoais, revertendo para a política anterior ao governo Bolsonaro. Além disso, a decisão impôs restrições ao acesso a armas restritas, como fuzis, e à quantidade de munições disponíveis para Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs) e civis. Contudo, não foram definidos novos limites para a aquisição de armas ou munições por CACs. Para maiores informações, leia as reportagens da *Folha de S.Paulo* (2022), [Fachin alega risco de violência eleitoral e suspende decretos de armas de Bolsonaro.](#) e do portal Poder 360 (2022): [Por 9 a 2, STF confirma restrições a armas e munições](#)
103. Instituto Igarapé. [“Regulação de Armas e Munições”.](#) Veja também o Instituto Sou da Paz. [Controle de armas.](#)

104. Instituto Igarapé (2023). [O Pulso da Desinformação](#)
105. *O Globo* (2024). [Grupo ligado a Bolsonaro era a favor de braço armado em plano golpista e previa “apoio dos CACs”, disse Cid à PF](#)
106. De acordo com uma pesquisa realizada pela FGV DAPP, da Fundação Getúlio Vargas, entre janeiro de 2014 e outubro de 2020, observou-se um aumento exponencial na frequência de mensagens que demonstram desconfiança no sistema eleitoral, especialmente em 2018. No Facebook, o número de postagens com links que questionam a integridade eleitoral foi de 10.083 em 2014, 12.557 em 2016, atingindo o pico de 32.052 em 2018 e, depois, 17.958 em 2020. Para mais detalhes, leia o estudo de: Ruediger, Marco Aurélio; Grassi, Amaro, coordenadores (2020). [Desinformação on-line e processos políticos: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube \(2014-2020\)](#). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, DAPP, Policy Paper.
107. Castillo, Isabela Ribeiro (2020). [O uso de fake news nas eleições de 2018: Uma análise das notícias falsas checadas pelas agências Lupa e Aos Fatos sobre o jornalismo](#). Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.
108. Até o primeiro turno de 2018, foram registrados 1,1 milhão de tweets com suposições de fraude em urnas eletrônicas. Entre agosto e outubro de 2018, os últimos três meses da campanha eleitoral, 33 narrativas diferentes foram identificadas e comprovadamente desmentidas como falsas. Para mais detalhes, leia o estudo da FGV DAPP, [Desinformação on-line e processos políticos: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube \(2014-2020\)](#), organizado por Ruediger, M. A. e Grassi, A., Rio de Janeiro, 2020.
109. Muggah, Robert; Francisco, Pedro Augusto P. e Hurel, Louise Marie (2020). [Digital misinformation not only threatens Brazil’s municipal elections, it undermines democracy](#), Open Democracy.
110. *Portal do Tribunal Superior Eleitoral* (2020), [Tentativas de ataques de hackers ao sistema do TSE não afetaram resultados das Eleições, afirma Barroso](#).
111. A Justiça Eleitoral, um setor especializado do Poder Judiciário brasileiro, é dedicada a garantir eleições democráticas e livres. Ela atua em três frentes: na esfera administrativa, organizando e facilitando a realização das eleições; na esfera regulatória, estabelecendo regras para o processo eleitoral; e na esfera jurisdicional, julgando questões eleitorais, como o descumprimento dessas regras.
112. *Folha de S.Paulo* (2020). [Ataque hacker na eleição vira arma política de desinformação para bolsonaristas](#)
113. O “Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020” trabalha em parceria com as agências AFP, Agência Lupa, Aos Fatos, Boatos.org, Comprova, E-Farsas, Estadão Verify, Fato ou Fake e UOL Confere. *UOL* (2020). [TSE firma parceria com agências de checagem de informações para as eleições](#)
114. Em 2018, a maioria das notícias falsas circulou em formato de imagem, representando 59,7%, seguido por vídeos com 19,6%, textos com 12,5% e áudios com 8,2%. No entanto, em 2022, dados da Universidade Federal de Minas Gerais indicam uma mudança na predominância dos formatos: vídeos lideraram com 37,3%, seguidos por textos com 32,9%, imagens com 22,6% e áudios com 7,2%. O monitoramento também revela que vídeos do TikTok e do Kwai estão entre os conteúdos mais compartilhados. *Folha de S.Paulo* (2022). [Fake news sobre urnas, pesquisas e TSE dominam eleição de 2022](#), reportagem de Patricia Campos Melo, Paula Soprana e Renata Galf.
115. *UOL* (2019). [Quando a liberdade de expressão da extrema direita esbarra na lei](#)
116. Manifestantes pró-Bolsonaro continuaram em frente à sede em vários estados por dois meses, clamando por uma intervenção militar para anular a eleição e impedir que Lula assumisse o cargo. Somente após a invasão do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto em 8 de janeiro, a desocupação foi determinada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. *CNN BRASIL* (2023). [Defesa calcula 5.000 manifestantes acampados em quartéis pelo Brasil. 6 de janeiro](#).
117. Para exemplificar, até fevereiro de 2023 alguns dos influenciadores mais proeminentes da ala direita do espectro político nas plataformas Twitter (hoje X), Facebook, YouTube e Instagram incluíam Jair Bolsonaro com 57,8 milhões de seguidores, Eduardo Bolsonaro com 11,5 milhões de seguidores, Nikolas Ferreira com 11 milhões de seguidores e Gustavo Gayer com 3,1 milhões de seguidores. Na ala esquerda, destacavam-se Lula com 26,6 milhões de seguidores, André Janones com 12,8 milhões de seguidores e Felipe Neto com 78,6 milhões de seguidores.
118. Tribunal Superior Eleitoral (2022). [Programa permanente de enfrentamento à desinformação no âmbito da justiça eleitoral](#)
119. *O Globo* (2022). [OAB-SP e entidades da sociedade civil elaboram manifesto por reconhecimento do resultado das urnas](#).
120. *Time* (2021). [The Secret History of the Shadow Campaign That Saved the 2020 Election](#).

Ficha Técnica

Pesquisa

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Renata Avelar Gianini
Pesquisadora

Camila Nadalini de Godoy
Assessora de Políticas Públicas

Editora

Débora Chaves
Editora

Design Gráfico

Raphael Durão
Coordenador Criativo

Murilo Xavier Lima
Designer



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Apoio:



Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

instagram.com/igarape_org

www.igarape.org.br

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank